



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIA APLICADA À EDUCAÇÃO
(GESTEC)

Ana Paula Macêdo Massarenti

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE EJA DA REDE MUNICIPAL
DE ENSINO DE SALVADOR: educação e estranhamento**

SALVADOR
2016

Ana Paula Macêdo Massarenti

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE EJA DA REDE MUNICIPAL
DE ENSINO DE SALVADOR: educação e estranhamento**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de Dissertação, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologia Aplicada à Educação (GESTEC), do Departamento de Educação (DEDC), Campus I, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação.

Orientação: Profa. Dra. Márcea Sales

SALVADOR

2016

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Bibliotecária: Jacira Almeida Mendes – CRB: 5/592

Massarenti, Ana Paula Macêdo

Projeto político pedagógico de EJA da rede municipal de ensino de Salvador: educação e estranhamento / Ana Paula Macêdo Massarenti. - Salvador, 2016.

110f.

Orientadora: Márcea Andrade Sales.

Dissertação (Mestrado) Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologia Aplicada à Educação. Campus I.

Contém referências, apêndices e anexo.

1. Educação de jovens e adultos -Salvador(BA). 2. Educação - Aspectos políticos - Salvador(BA). 3. Escolas públicas - Salvador(BA). I. Sales, Márcea Andrade. II. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação.

CDD: 370.98142

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIA APLICADA À EDUCAÇÃO
(GESTEC)

Defesa do Trabalho de Conclusão Final intitulado **Projeto Político Pedagógico de Eja da Rede Municipal de Ensino de Salvador: educação e estranhamento**, de autoria de Ana Paula Macêdo Massarenti, pela banca examinadora constituída por:

Profa. Dra. Márcea Andrade Sales (Orientadora)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Profa. Dra. Ana Lúcia Gomes
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Prof. Dr. José Jackson Reis dos Santos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

*A minha amada e eterna Mãe (In Memoriam),
por ter me dado a vida, me ensinado e incentivado
a lutar pelos meus ideais e acreditar que eu era capaz.*

*À Lucas e Davi, meus filhos, que me
permitem viver a plenitude do amor.*

AGRADECIMENTOS

À DEUS, acima de tudo.

À minha Mãe Jacy Maria Macêdo Massarenti (*In memoriam*) e ao meu Pai Wilson Massarenti, por terem me proporcionado carinho, amor, dedicação e oportunidades de estudar.

A realização deste trabalho não poderia ter sido possível sem a colaboração de inúmeras pessoas que, ao longo desta jornada, contribuíram de uma forma ou de outra para a sua realização. No momento em que chego ao final desse percurso, considero importante registrar meu agradecimento à família, amigos e amigas, companheiros e companheiras que dividiram comigo as angústias e os prazeres vividos durante esta trajetória.

Durante esses dois anos e meio de muito ler, pesquisar, escrever, apagar, rescrever, distanciar-me do que escrevi, reler, refazer, chorar; enfim, durante esse longo processo de construção, muitas vezes nos isolamos daqueles que mais amamos. No entanto, a compreensão destes entes queridos nos alimenta, nos refaz e por isso eu agradeço em especial a minha querida e amada mãe Jacy que enquanto estava conosco, fisicamente, iluminava minhas noites na hora dos meus estudos, à minha segunda mãe Dalva que sempre esteve presente em nossas vidas cuidando de todos, de mim e dos meus filhos. Aos meus filhos Lucas e Davi por fazerem parte da minha vida e me ensinarem a cada dia o que é ser feliz. Ao meu sobrinho e afilhado Victor e à minha Princesa Natália pela alegria que me proporcionam. À Cristina e Wilson, por serem meus irmãos, pelo amor que tem por mim e por apoiarem minhas escolhas. À minha cunha Fabi por fazer parte dessa família. A vocês todos, meus agradecimentos por entenderem minha aflição, por se ausentarem da casa para que eu pudesse estudar, por falarem baixinho para não me atrapalhar, por assumirem tarefas em meu lugar, por me amarem tanto e apostarem em mim.

Agradeço em especial a minha Orientadora Márcea Sales, com quem tive o prazer de aprender a aprender; pela paciência, compreensão e carinho sempre dispensados a mim; pela contribuição na minha formação como pesquisadora e por me trazer de volta a escrita e ao meu objetivo, no momento tão difícil em minha vida.

Agradeço aos professores e professoras do Mestrado Profissional Gestão e Tecnologia Aplicada à Educação da Universidade do Estado da Bahia. Destaco Tânia Hetkowski pela escuta sensível e oportunidade dada em seu Grupo de Pesquisa – GEOTEC, Nadia Fialho, André Magalhães, Ivan Novaes, Avelar Mutim, Sérgio Conceição, César Barbosa, Maria Luiza Heine, pelas discussões teóricas nesse percurso. Não posso deixar de agradecer aos funcionários e funcionárias da Secretaria do Programa pela organização e presteza no atendimento sempre de maneira carinhosa.

Aos meus colegas do grupo de Pesquisa GEFEP – Tereza, Neurisângela, Amanda, Sheila, Mônica, Ana Terra, Sidnéia, Darlaine, Graça, Rosângela, pelos momentos de trocas teóricas.

A toda equipe da Gerência Regional do Cabula, que sempre dialogaram comigo nessa caminhada, especificamente os meus colegas de jornada de trabalho na Educação de Jovens e Adultos, pela escuta sensível e os debates constantes sobre as inquietações vivenciadas nessa modalidade na rede.

Aos amigos que entraram em minha vida nesse percurso, Amanda, Bira e Sheila, pelas contribuições e muitas gargalhadas.

As minhas amigas, Hane, Loy e Zezé por estarem sempre me apoiando e incentivando em todos os momentos.

À Serafim, Djalma e Jackson, pessoas que me incentivaram a dar o primeiro passo nessa caminhada.

Às Técnicas, Gestoras e Coordenadoras Pedagógicas, que gentilmente concederam as entrevistas e participaram das Oficinas Formativas, ensejando uma escola pública de qualidade.

*É na minha disponibilidade permanente à vida
a que me entrego de corpo inteiro,
pensar crítico,
emoção,
curiosidade,
desejo,
que vou aprendendo a ser eu mesmo
em minha relação com o contrário de mim.
E quanto mais me dou à experiência
de lidar sem medo,
sem preconceito,
com as diferenças,
tanto melhor me conheço
e construo meu perfil.*

Paulo Freire
(*Pedagogia da Autonomia*)

RESUMO

Essa pesquisa teve como objeto o Projeto Político Pedagógico – PPP da Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino da cidade do Salvador, identificando a participação da comunidade escolar na proposição/elaboração deste documento, através de diálogos com Técnicos da Secretaria Municipal de Educação, Gestores e Coordenadores Pedagógicos de 03 escolas da Regional do Cabula que integram a Rede Municipal de Ensino de Salvador. Assim, teve como objetivo geral: *analisar o PPP da EJA da Rede Municipal de Ensino de Salvador na perspectiva das escolas que integram a Regional do Cabula, identificando a participação da comunidade escolar na proposição/elaboração deste documento*. Iniciei por uma pesquisa documental e bibliográfica, contando com as contribuições da Constituição Federal (1988), da LDB 9394/96, das Resoluções e dos Pareceres do CNE e CME. Para discutir sobre o estudo da EJA, no tocante as suas especificidades, o direito à educação, as Políticas Públicas e o PPP, dialoguei com Freire (1987), Beisiegel (1997), Paiva (2009), Gadotti (2009), Haddad (2000), Cury (2002); para análise do PPP contamos com as contribuições de Veiga (2009), Souza (2004) e Vasconcellos (2006); Di Pierro (2001) e Bonetti (2007), destacando as Políticas Públicas voltadas para esta modalidade de ensino. Para o processo da pesquisa, tive alguns questionamentos: Qual o papel do PPP da EJA da rede Municipal de Ensino de Salvador? Qual a percepção dos profissionais quanto ao PPP da EJA? Como se deu a participação da comunidade escolar no processo de elaboração do PPP da EJA? A abordagem metodológica para esta pesquisa é qualitativa e utilizar-se-á modalidade de Pesquisa Bibliográfica, Documental, tendo como dispositivo a Entrevista Semiestruturada e Oficina Formativa. Como produto final da pesquisa, elaborei Proposições para a elaboração do PPP nas Unidades Escolares considerando as legislações e referenciais teóricos que tratem as especificidades do público e do contexto da EJA, a ser apresentado à Secretaria Municipal de Ensino Educação de Salvador – SMED.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Projeto Político Pedagógico. Políticas Públicas Educacionais. Rede Municipal de Ensino.

ABSTRACT

This research had as object the Pedagogical Political Project - PPP Youth and Adult Education of the Municipal Education Network of Salvador, identifying the participation of the school community in the proposition / this writing, through dialogues with technicians of the Municipal Education, managers and educational coordinators of 03 Cabula Regional schools that are part of the Municipal Network of Education Salvador. Thus we aimed to: analyze the PPP EJA of Salvador Teaching Municipal Network in view of the schools that are part of the Regional Cabula, identifying the participation of the school community in proposing / preparing this document. I started by a documentary and bibliographic research, with the contributions of the Federal Constitution (1988), the LDB 9394/96, the Resolutions and the CNE and CME opinions. To discuss the study of adult education, in terms of their specific features, the right to education, the Public Policy and PPP, dialogues with Freire (1987), Beisiegel (1997), Paiva (2009), Gadotti (2009), Haddad (2000) Cury (2002); PPP analysis rely on the contributions of Veiga (2009), Souza (2004) and Vasconcellos (2006); Di Pierro (2001) and Bonetti (2007), highlighting the public policies aimed at this type of education. For the process of research, I had some questions: What is the role of the PPP EJA the Municipal Education Network of Salvador? What is the perception of professionals about the PPP EJA? How was the participation of the school community in the process of the EJA PPP? The methodological approach for this research is qualitative and use shall be modality Bibliographic Search, Document, with the device semistructured interview and Formative Workshop. As a final product of the research, elaborated propositions for the development of PPP in school units considering the laws and theoretical frameworks that address the specifics of the public and the EJA context, to be presented to the Municipal Salvador Education Education - SMED.

Keywords: Youth and Adult Education. Pedagogical Political Project. Educational Public Policy. Municipal Education Network.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PPP – Projeto Político Pedagógico

EJA – Educação de Jovens e Adultos

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

GESTEC – Mestrado Profissional Gestão e Tecnologia Aplicada à Educação

PMS – Prefeitura Municipal de Salvador

SMED – Secretaria Municipal de Educação

CRE – Coordenadoria Regional de Educação

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

CNE – Conselho Nacional de Educação

CEB – Câmara de Educação Básica

ALFASOL – Programa Alfabetização Solidária

SEJA – Segmento de Ensino Fundamental de Educação de Jovens e Adultos

CEAA – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

PEB – Ciclo de Estudos

CME – Conselho Municipal de Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNE – Plano Nacional de Educação

PME – Plano Municipal de Educação

PEE – Plano Estadual de Educação

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

TAP – Tempos de Aprendizagem

MEC – Ministério da Educação

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PNAE – Programa Nacional de Merenda Escolar

GRE – Gerência Regional de Educação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

IPF – Instituto Paulo Freire

CENAP - Coordenadoria de Ensino e Apoio Pedagógico

SECULT – Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Mapa de localização das CRE's no Município de Salvador

FIGURA 2 – Princípios do Projeto Político Pedagógico

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever, total e respectivas taxas de analfabetismo, por cor ou raça e grupos de idade, segundo as Unidades da Federação e os municípios das capitais – 2010

TABELA 2 – Identificação Sujeitos da Pesquisa

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Dimensões de Análise da Pesquisa

SUMÁRIO

O COMEÇO DE UMA HISTÓRIA	15
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: BASES LEGAIS E INSTITUCIONALIZAÇÃO	21
<i>A EJA pós Constituição Brasileira de 1988</i>	<i>23</i>
<i>A EJA na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - nº 9.394/96 ...</i>	<i>26</i>
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CAMINHOS E SENTIDOS	37
CAMINHOS PERCORRIDOS	50
<i>O Caminhar na Pesquisa de Campo</i>	<i>58</i>
<i>A Pesquisa e seus Achados</i>	<i>60</i>
<i>Memória do PPP da EJA - Institucionalização</i>	<i>67</i>
<i>Gestão do PPP na EJA – Gestão Escolar</i>	<i>74</i>
<i>Desenvolvimento do PPP na EJA – Gestão Pedagógica</i>	<i>81</i>
REPERCUSSÕES PEDAGÓGICAS	87
<i>Proposições – Elaboração do PPP nas Escolas</i>	<i>92</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	97
APÊNDICES	
A – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	103
B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – TÉCNICO SMED	104
C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – GESTOR UNIDADE ESCOLAR	105
ANEXO	
Planejamento Oficinas Formativas	I

O COMEÇO DE UMA HISTÓRIA

Iniciei minha trajetória na educação desde pequena quando, ao estudar no Colégio Coração de Maria, conheci a Professora Irmã Genecy. O fazer educativo e o cuidado que tinha conosco me despertou o desejo de ser educadora e contribuir na formação de pessoas. Assim, segui a minha infância sempre com o pensamento de, no futuro, ser professora. Cursei o magistério e mantive meus ideais ao ingressar na licenciatura de Pedagogia, seguindo pela especialização, até chegar ao mestrado.

Assim, após uma longa trajetória de discussão e estudo, apresento o presente trabalho, resultado de um processo de diálogos, aulas, leituras e orientações no Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação da Universidade do Estado da Bahia – GESTEC - UNEB.

Em 2008, aprovada no concurso público da Prefeitura Municipal de Salvador – PMS, fui convocada pela Secretaria Municipal de Educação - SMED para assumir a vaga de Coordenadora Pedagógica. Ao chegar à Secretaria, deparei-me com a situação de escolha de horário e local da unidade escolar - precisava definir qual seria a minha lotação, pois já trabalhava durante o dia na Universidade do Estado da Bahia - UNEB, em funções técnico-administrativas. A minha preferência era trabalhar nas escolas no entorno da Universidade, visto que passava a maior parte do tempo no bairro do Cabula. Por sorte, foi o que aconteceu, porém, ao invés de ficar em uma escola fui atuar na Coordenadoria Regional - CRE.

Assim, em agosto de 2008, iniciei como Coordenadora Pedagógica e passei a atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA. Diante desse contexto, para balizar a minha atuação foi necessário conhecer a estrutura da SMED, sua missão e como se constituía a Coordenadoria Regional do Cabula, bem como a modalidade educativa da Educação de Jovens e Adultos EJA trabalhada na rede.

Para poder desenvolver o trabalho na esfera do município, debruicei-me em leituras acerca dos documentos legais sobre a modalidade da EJA, a saber: Lei nº 9.394/96; Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos; Parecer CEB 11/2000, de 10 maio 2000, dentre outras publicações sobre a EJA no Brasil e na rede de

ensino de Salvador. Hoje, retomo estas leituras como estratégia de uma pesquisa documental para esta pesquisa de mestrado.

Nesse percurso, busquei resgatar o aprendizado adquirido em experiências com a EJA na UNEB, quando trabalhei com a formação de professores alfabetizadores do Programa Alfabetização Solidária - ALFASOL, e acompanhei turmas de EJA na zona rural do Município de Formosa do Rio Preto, no qual pude observar a prática pedagógica dos educadores em processo de formação-ação.

Destarte, minha atuação como Coordenadora Pedagógica de Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Ensino de Salvador vem permitindo observar as relações que são estabelecidas entre gestão escolar, educadores e educandos, com seus sucessos e insucessos. Neste entremeio de relações, o Projeto Político Pedagógico – PPP vem cumprir um papel decisivo na definição do arco de valores e fundamentos para as atividades de gestão, de ensino e de aprendizagem. Sendo derivado de uma perspectiva de governo, que se vale de determinadas escolhas teóricas e metodológicas e, também, ideológicas, o PPP, por si só, logo se faz manifesto político.

A assunção do PPP enquanto instância ou construto, essencialmente, político abre caminho para uma reflexão mais ampla do seu significado, permitindo que seja superada a perspectiva que, normalmente, acompanha propostas de análise que o abordam, prioritariamente, na perspectiva da avaliação pedagógica. Este tipo de abordagem tem sido frequente e recai, via de regra, no instrumentalismo, ou seja, na descrição do modo como, em sala de aula, pode o educador viabilizar e efetivar as orientações e expectativas que constam no projeto.

Por outro lado, há, ainda, outra sorte de trabalhos que buscam tão somente analisar o PPP sob a perspectiva estritamente política. Desse modo, aviva-se o caráter ideológico e opressor de tais Projetos, sublinhando, aqui e ali, o que ver-se-ia velada ou escancarada uma busca pela manutenção de certo estados de coisas, a saber, do *establishment*¹. Nesse horizonte, os Projetos Pedagógicos far-se-iam a ponta da lança de uma ideologia, pois cativaria – no frio sentido de quem conduz ao cativeiro – os sujeitos em formação, retirando-lhes a possibilidade de emancipação mediante

¹ A expressão *Establishment* significa autoridade institucional e sistema ideológico, político, legal e burocrático que constituem uma sociedade; ordem estabelecida. Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico. Porto: Porto Editora, 2015. Disponível em: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/establishment>

o desenvolvimento de uma consciência crítica do meio em que vivem e do modo como são conduzidos a um suposto esclarecimento.

Entre estas duas abordagens extremadas, localizamos perspectivas que, ao modo da *Pedagogia Freiriana*, tratam das dimensões - pedagógica e política - como aspectos, fundamentalmente, indissociáveis que constituem, afinal, lados diferentes, porém imbricados na educação formal. Entretanto, tal compreensão dos trabalhos de Paulo Freire não nos parece tão óbvia na medida em que seu pensamento segue, muitas vezes, reconhecido e *reduzido ao seu método de alfabetização* (BEISIEGEL, 1992).

Com efeito, mais que um método para alfabetizar, a *Pedagogia Freiriana* constitui, a meu ver, um amplo sistema epistemológico que busca senão refletir e descrever o modo como ocorrem às relações entre os *indivíduos sociais* (SCHAFF, 1995) sob a égide de uma *teoria da ação* erguida no âmbito da comunicação. Sob tal perspectiva, Paulo Freire nos apresenta seu método de alfabetização como uma práxis fundada em uma pedagogia militante, que se afirma contrária a uma educação antidialógica que se faça armada sobre relações de ensino criadas e estabelecidas aos moldes da *mecânica bancária* (FREIRE, 1997).

Diante deste cenário e dentre as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação para a EJA, foi publicado em 2012 o Projeto Político Pedagógico para a Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino de Salvador, que assumiria a *pedagogia freiriana* como sua fonte de inspiração primordial, destacando a autonomia, a criticidade e a dialogicidade como valores fundamentais para efetivação de um ensino de EJA de qualidade. Apesar de um estrito afinamento entre suas expectativas e orientações com aspectos relevantes da *pedagogia freiriana*, notei, sobretudo na ocasião da aplicação de suas diretrizes no cotidiano escolar, o surgimento de problemas de ordem metodológica que, ao meu ver, derivam de escolhas curriculares que ao cabo revelam um aproveitamento trivial, ou “inocente”, das ideias de Paulo Freire. Em outras palavras, o PPP deixaria de assumir a *pedagogia freiriana* como uma sistemática que solicita, sobretudo, uma determinada postura política do professor que, claramente, colidiria com boa parte dos interesses da gestão de governo.

O PPP para a Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino de Salvador estabelece um conjunto de orientações teórico-metodológicas que buscam “contribuir como subsídio fundamental para o redimensionamento das práticas desenvolvidas nas salas de aula do SEJA - Salvador”. (NASCIMENTO; COSTA, 2012, p. 21). O SEJA é o segmento de ensino fundamental de Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Educação do município de Salvador-BA.

Assim, longe de ser reconhecida apenas como a adoção de um mero receituário de boas intenções e regras de conduta para a sala de aula, concordo com Gadotti (2007, p. 44) para quem, “não se pode ‘ser freiriano’ apenas cultivando suas ideias”. Em outras palavras, a *pedagogia freiriana* exige uma atitude docente de grande comprometimento pessoal e de difícil adesão, sobretudo se consideramos as dificuldades enfrentadas no dia-dia do exercício da docência no âmbito da educação pública. Segundo Veiga (2009, p.14),

O Projeto Político-Pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. Nesta caminhada será importante ressaltar que o projeto político-pedagógico busca a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade.

Diante do exposto, é pertinente problematizar a elaboração e implantação do PPP da EJA na rede municipal de ensino, em Salvador, considerando que cada escola deve elaborar o seu Projeto Pedagógico. Na revisão da literatura, autores como Vasconcellos (2006) e Veiga (2009) explicitam a importância da participação coletiva levando em conta dimensões técnicas, políticas e sociais. Logo, falar de PPP requer falar do envolvimento de todos os atores sociais deste processo numa construção coletiva, na busca pela excelência da educação, partindo de valores, concepções, princípios e crenças presentes, em todo o grupo, e que dizem respeito ao futuro do homem e da sociedade. Assim, esse Documento assumido pela rede municipal de ensino de Salvador como o PPP pode ser considerado mais como diretriz ou orientações norteadoras para que cada escola construa o seu Projeto, atendendo a todos os níveis de ensino, tendo em vista cumprir sua função social ressaltando a visão de ser humano que se pretende formar.

Nessa perspectiva, o PPP tem como princípios: a participação coletiva, a gestão democrática, o campo das possibilidades e o sentimento de pertença, pois deve ser

elaborado com todos os atores que estão envolvidos no processo de aprendizagem da escola. Construído coletivamente, reflete as finalidades de uma instituição educacional, estabelece princípios, diretrizes, propostas de organização, sistematização e avaliação das atividades desenvolvidas por um estabelecimento educacional como um todo.

Tendo em vista o exposto até aqui, apresento alguns questionamentos assumidos no percurso da pesquisa: Qual o papel do PPP da EJA da rede Municipal de Ensino de Salvador? Qual a percepção dos profissionais quanto ao PPP da EJA? Como se deu a participação da comunidade escolar no processo de elaboração do PPP da EJA? Essas e outras questões são tratadas no decorrer dessa pesquisa a partir do objetivo geral - *analisar o Projeto Político Pedagógico da EJA da Rede Municipal de Ensino de Salvador na perspectiva das escolas que integram a Regional do Cabula, identificando a participação da comunidade escolar na proposição/elaboração deste documento.*

Considerando que as pesquisas em Educação têm intencionalidades, e por ser um processo o qual se obtém conhecimentos, pretendo contribuir com vivências e ressignificação dos sujeitos na gestão das escolas. Portanto, a opção pela abordagem qualitativa se deve a prática e pela característica do diálogo entre pesquisador e sujeitos da pesquisa. Como estratégia metodológica para a investigação, escolhemos a pesquisa documental e bibliográfica, tendo como dispositivos entrevistas semiestruturadas junto aos técnicos da SMED e gestores das escolas e oficinas formativas junto aos coordenadores pedagógicos de escolas que ofertam a EJA na Gerência Regional do Cabula.

Nesse sentido, essa pesquisa constitui-se também como fonte para promover um debate teórico entre as escolas sobre Educação de Jovens e Adultos, Projeto Político Pedagógico, os entraves que impedem sua efetivação como instrumento de gestão escolar e suas contribuições para o cumprimento da função social da escola.

Desse modo, para responder aos objetivos propostos este estudo se organiza em quatro capítulos que seguem a Introdução, a qual apresenta uma visão geral da pesquisa. O primeiro - *Educação de Jovens e Adultos: bases legais e institucionalização* - apresenta a Educação de Jovens e Adultos enquanto campo de conhecimento, suas especificidades, sua legislação, política nacional e municipal,

bem como as considerações sobre os avanços e os desafios dessa modalidade educativa. O segundo - *Projeto Político Pedagógico: caminhos e sentidos* - discute a legislação e ação do PPP, sua importância, finalidades, princípios, pressupostos e características. O terceiro evidencia o percurso metodológico percorrido na investigação, caracterizando a pesquisa, os sujeitos envolvidos, o método e as estratégias utilizadas e nos propomos a explicitar os achados empíricos da pesquisa de campo realizada junto aos sujeitos participantes, procurando dar significado às descobertas feitas, reflexões, interpretações sobre os dados baseadas na fundamentação teórica que embasou a pesquisa, além do auxílio de estudos teóricos direcionados para a análise do Projeto Político Pedagógico de EJA, bem como na experiência como pesquisadora. Em seguida, o quarto – *Repercussões Pedagógicas* – apresenta o planejamento de Oficinas Formativas elaborado no processo do campo dessa pesquisa e algumas Proposições para elaboração do Projeto Político Pedagógico nas Escolas Municipais da Regional do Cabula que ofertam a Educação de Jovens e Adultos. Por último, as Considerações Finais possibilitaram o posicionamento sobre os resultados da pesquisa, considerando os documentos oficiais, as realidades locais e o enfrentamento de novos desafios.

É válido destacar que essa pesquisa não teve a pretensão de esgotar as discussões sobre conceitos, sentidos e princípios do PPP, mas de ampliar o diálogo com a academia e com a comunidade escolar, que através de seus sujeitos consolidaram as estratégias apontadas nessa pesquisa com perspectivas de crescimento e avanço no fazer pedagógico nas instituições de ensino que ofertam a modalidade educativa da educação de jovens e adultos. Nesse sentido, o PPP aqui é concebido como um documento vivo.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: BASES LEGAIS E INSTITUCIONALIZAÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos tem de partir, para sua configuração como um campo específico, da especificidade desses tempos da vida – juventude e vida adulta – e da especificidade dos sujeitos concretos históricos que vivenciam esses tempos. Tem de partir das formas concretas de viver seus direitos e da maneira peculiar de viver seu direito à educação, ao conhecimento, à cultura, à memória, à identidade, à formação e ao desenvolvimento pleno.

(ARROYO, 2011, p. 97-98).

A EJA vem passando por intensas mudanças; não apenas quanto às práticas desenvolvidas para responder às exigências da sociedade; mas, também, em relação aos aspectos conceituais que, orientados por essas práticas, se reorganizam ampliando e produzindo novos sentidos aos sujeitos. Na contemporaneidade, é percebido que as finalidades da educação, pela sua dimensão social e política, ultrapassam os raios de atuação da escola. Assim, no que concerne à Educação de Jovens e Adultos, não se podem perder de vista a sua especificidade e seus percursos históricos.

No Brasil, a educação de adultos se constituiu como tema de política educacional, sobretudo a partir dos anos 1940 com as diversas iniciativas pedagógicas, programas e ações que ocorreram. Dentre elas, destaco a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos - CEAA e o I Congresso de Educação de Adultos - ambos em 1947; e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em 1958. Nesse mesmo ano foi realizado o II Congresso de Educação de Adultos, com a participação de Paulo Freire e discussões sobre a inadequação do ensino e a falta de pessoal docente com formação específica, ou seja, o voluntarismo era marcante nesse período.

A Campanha de 1947 deu também lugar à instauração de um espaço de reflexão pedagógica em torno do analfabetismo; no entanto, não foi produzida proposta metodológica específica para a alfabetização de adultos, tampouco um paradigma pedagógico próprio para essa modalidade educativa. Isso só veio a acontecer no início dos anos 1960, quando o trabalho de Paulo Freire passou a direcionar diversas experiências de educação de adultos organizadas por distintos atores, com

graus variados de ligação com o aparato governamental, pois o que ele queria era, segundo Gadotti (2014, p. 18), “estabelecer pontes entre o saber primeiro e o saber sistematizado, científico, entre diferentes saberes e experiências, tendo por base critérios de relevância social e cultural”.

Assim, a proposta de Paulo Freire consolidou uma nova pedagogia de alfabetização, pois adotava o diálogo como princípio educativo, sendo os alunos sujeitos de sua própria aprendizagem e produtores de cultura, embasando-se na construção de uma educação de adultos que se opunha ao que vinha sido preconizado pelos grupos detentores do poder e, portanto, não alienante, visando formar e preparar o cidadão para uma leitura crítica do mundo, voltada para a transformação social.

Para Beisiegel (1997, p. 29), a alfabetização de adultos era vista,

[...] como peça importante nesse processo mais geral de promoção educacional do todo o povo. Mais ainda, essa educação do adulto analfabeto se inscreveria como elemento privilegiado no esforço mais amplo de elevação educacional do país. Além de possibilitar, a curto prazo, a recuperação do atraso educacional que se exprimia nas elevadas taxas de analfabetismo da população, a educação do adulto viria a constituir-se, também, em condição necessária a maior eficiência do ensino infantil.

Paiva (2003) chama atenção de que a educação de adultos foi compreendida através dos movimentos que marcaram a década de 40 do século passado, quando surgiram, intensamente, as preocupações com a educação de adultos no Brasil. Dessa forma, fica evidente que a EJA nasce de um movimento de lutas, desafios e conquistas ao longo do tempo da educação popular, o que permite compreender as condições limitadoras que são impostas da educação formal quando pensamos na EJA enquanto modalidade educativa.

Assim, pelos seus percursos históricos e em função do público a que se destinava, a EJA foi colocada à margem da sociedade. Soares (1996, p.28) destaca que,

A educação de jovens e adultos é antiga. Surge para atender à parcela significativa da população que não conseguiu e não consegue concluir o ensino fundamental na idade escolar, nos cursos diurnos. Ela é fruto da exclusão, da desigualdade social. São mandatários da educação de jovens e adultos aqueles que não tiveram acesso à escola na idade própria, os que foram reprovados, os que evadiram, os que precisavam trabalhar para auxiliar a família.

Nesse sentido, a educação como processo social e histórico também reflete as questões da desigualdade social. Nessa vertente, a noção de desigualdade

abordada por Boneti (2007) pressupõe o pensar sobre a condição social; pensar sobre a condição social implica pensar sobre diferença, merecendo relevância neste sentido a EJA. Enfatizo essa questão por ser a área eleita para o desenvolvimento dessa pesquisa e por se tratar de um segmento educacional voltado a uma classe social de baixa renda e pouco assistida pelas políticas públicas que funciona, geralmente, em condições inadequadas tanto em relação à infraestrutura escolar, estrutura curricular, quanto aos aspectos didático-pedagógicos relacionados à formação dos profissionais e sua prática. Essas questões se traduzem num exemplo vivo da relação de interdependência existente entre desigualdade social e educação.

Nesse contexto, segundo Paiva (2003, p. 29), “os sistemas educacionais e os movimentos educativos, embora influam sobre a sociedade a que servem, refletem basicamente as condições sociais, econômicas e políticas dessa sociedade”. Assim, cada período histórico da educação é precedido de transformações sociais e econômicas e, para além dessas questões, existem fatores especificamente educativos que estão estritamente ligados às possibilidades da educação como instrumento de conservação social e/ou de mudança social.

Considerando o objeto dessa pesquisa e os estudos sobre o PPP, evidenciamos que as políticas educacionais refletem as condições socioeconômicas e culturais do país. Assim, pensar a elaboração deste Documento é fazer reflexão sobre a escola, seu papel, sua função, seus fins e seus desafios no contexto atual. É preciso, então, atender tanto as especificidades de cada espaço e sujeitos envolvidos, quanto o que está expresso nos documentos legais que orientam a sua construção.

A EJA pós Constituição Brasileira de 1988

A sociedade brasileira viveu um momento histórico com a promulgação da Constituição Federal (1988) que proclamou e consagrou novos direitos em todas as suas dimensões - denominada de Constituição Cidadã, pois o Brasil era um país recém-saído da ditadura militar. Uma das principais mudanças ocorridas se deu na ampliação de direitos sociais - Artigo 6º, que considerou a educação como a primeira da lista.

O Artigo 205 da Constituição Federal de 1988 é claro, ao apresentar a educação como *direito de todos e dever do Estado e da família*, sendo promovida com a colaboração da sociedade e visando ao pleno desenvolvimento da pessoa tanto para a cidadania, como para a qualificação ao trabalho. Partindo do princípio do direito à educação, Cury (2007, p. 485) diz que,

O direito público subjetivo está amparado tanto pelo princípio que ele o é assim por seu caráter de base (o ensino fundamental é etapa da educação básica) e por sua orientação finalística (Art. 205 da Constituição Federal), quanto por uma sanção explícita para os responsáveis (governantes ou pais) quando de sua negação ou omissão para o indivíduo - cidadão. Para os anos obrigatórios, não há discriminação de idade. Qualquer jovem, adulto ou idoso tem este direito e pode exigi-lo a qualquer momento perante as autoridades competentes.

Segundo Cury (2002), para fazê-la direito de todos, era imprescindível que houvesse algo de comum ou universal. É dessa inspiração, declarada e garantida na Constituição, que a educação escolar é proclamada direito. Dela espera-se a abertura, além de si, para outras dimensões da cidadania e da petição de novos direitos.

Essa mesma constituição, no Art. 208, estendeu o direito do ensino fundamental aos cidadãos de todas as faixas etárias, implicando na necessidade de ampliar as oportunidades educacionais para todos que não tiveram acesso na idade própria de escolarização regular. Partindo desse pressuposto, a EJA tem se constituído como um campo de práticas e de reflexão que visa ao desenvolvimento integral dos sujeitos sociais matriculados nesse tipo de ensino, considerando necessariamente as suas particularidades de faixa etária e de população que ficou fora da escola.

Assim, a educação escolar é construída como bem público por ser cidadã e qualificar para o mundo do trabalho; por ser gratuita e obrigatória, a educação básica é dever do estado. E, por se tratar de direito público subjetivo no âmbito do ensino fundamental, é necessário, além de ampliar a oferta de vagas, garantir condições de ensino adequado aos que ingressam ou retornam à escola fora do tempo regular ao efetivar esse direito ao jovem ou adulto, que constitui o público de EJA com identidade, saberes, cultura e valores próprios.

Beisiegel (1997, p. 28) retrata que, em relação aos direitos estabelecidos na Constituição de 1988, estes eram frutos de reivindicações,

[...] Ao fazê-lo, à semelhança de outras constituições agora ultrapassadas, também fixou nos códigos um país ideal, ainda muito distante das possibilidades de realização da sociedade brasileira. É bem verdade que esses avanços têm aspectos positivos: instituem novos patamares para a atuação dos poderes públicos; legitimam e reforçam as possibilidades da luta popular pela realização prática do que já foi legalmente reconhecido como direito.

Para Di Pierro (2001, p. 324), o crescimento da participação dos municípios na oferta de oportunidades de escolarização inicial para jovens e adultos teve início em 1990, por ocasião da extinção da Fundação Educar (sucessora do Mobral), quando o governo federal retirou-se subitamente desse campo de atuação, delegando aos parceiros locais – sem qualquer negociação prévia – a responsabilidade por dar continuidade ao atendimento à EJA.

Na Constituição de 1988, o Ensino Fundamental foi reconhecido como direito público subjetivo, inclusive para aqueles que não tiveram acesso a ele na infância e na adolescência. Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996 reservou um capítulo para a modalidade educativa EJA. Rumo à efetivação dos direitos legitimados na Constituição de 1988 e na LDB, resalto a aprovação da Lei nº 9.424/1996 que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF; porém, o Presidente da República vetou o financiamento para a EJA, alegando ser uma modalidade que o poder público não tinha controle sobre as matrículas.

Essa restrição se deu, em 1995, porque o governo optou por priorizar a oferta de ensino fundamental para crianças e adolescentes, mesmo com a crescente demanda na Educação de Jovens e Adultos por oportunidades educacionais. Di Pierro (2003) destaca que esse veto desestimulou os Estados e Municípios a investirem na Educação de Jovens e Adultos. Para Beisiegel (1997, p. 33),

As disposições do Artigo 211 da Constituição, no sentido de uma atuação solidária dos sistemas de ensino da União, dos estados e dos municípios, não devem ser ignoradas pelas autoridades educacionais. Por isso mesmo, o governo federal não pode abdicar de suas responsabilidades na educação de jovens e adultos analfabetos. Cabe perfeitamente à União determinar as diretrizes da política de educação fundamental de crianças, jovens e adultos e contribuir para a criação das condições necessárias a sua implementação, mesmo quando a responsabilidade final das ações seja atribuída diretamente aos municípios.

Para Di Pierro (2001), as diretrizes de política educacional se concretizaram no campo da Educação Básica de jovens e adultos, conferindo atenção especial à difusão de Programas desenvolvidos em parceria entre agentes governamentais e não-governamentais. Fato que, de 1950 até final de 1980, a União implantou sucessivas campanhas e Programas de alfabetização como ações de políticas públicas para o analfabetismo. Para a autora,

Ao longo dessas quatro décadas, o ensino público no nível básico para a população jovem ou adulta pode ser caracterizado como *um serviço desconcentrado*, pois embora a oferta escolar fosse realizada predominantemente pelos estados ou em convênio com os municípios e organizações civis, a política educacional e o desenho dos programas eram definidos no âmbito federal e desenvolvidos em regime de co-financiamento. (DI PIERRO, 2001, p. 323).

Alguns eventos internacionais fomentaram a realização de políticas públicas para EJA, a exemplo da Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida em 1990, em Jomtien, na Tailândia. O Brasil garantiu sua participação, durante a qual foi reforçada a necessidade de expansão e melhoria do atendimento público na escolarização de jovens e adultos, sendo aprovada a Declaração Mundial de Educação para Todos, que inclui metas à redução de taxas de analfabetismo com destaque para a EJA. Porém, esta expansão só foi concretizada em 1994, quando foi concluído o Plano Decenal, que fixava metas para o atendimento de jovens e adultos ainda não escolarizados e até os pouco escolarizados.

A EJA na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - nº 9.394/96

Os termos - *diretrizes* e *bases* - como conceitos, significam caminhos para a construção de uma política educacional: as bases são os fundamentos, e as diretrizes o como proceder. Carneiro (2008, p. 22) diz, “as bases detêm um conteúdo de concepção política, as diretrizes, um conteúdo de formulação operativa”.

A LDB nº 9.394/1996 cunha o termo modalidade educativa para a EJA, expressando uma medida dentro de uma forma própria de ser. Assim, segundo Parecer CNE/CEB nº 11/2000, de 10/05/2000. “Trata-se, pois, de um modo de existir como característica própria”. (BRASIL, 2000). Daí, a necessidade de política pública para a EJA ser decorrente da desigualdade social do país, pois a estrutura econômica e histórica produziu mazelas sociais e, nesse contexto, o direito à educação foi

negado a muitos. Dessa forma, a efetivação dos direitos à educação se fez por muitas lutas.

Como um conjunto de indicações, princípios, dimensões que dispõe sobre a educação escolar, a LDB nº 9.394/1996 em seu Artigo 4º reproduz o Art. 208 da Constituição, garantindo a educação básica como um direito do cidadão e dever do Estado atender mediante oferta qualificada, a saber,

VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola. (BRASIL, 1996)

Devemos reconhecer a história, os períodos e marcos legais da atual Educação de Jovens e Adultos. É preciso destacar que aquilo que a partir da Lei nº 9.394/96 passou a ser denominado de Educação de Jovens e Adultos apresenta uma longa história, que remonta aos Exames de Madureza (Lei nº 4.024/61) e ao Ensino Supletivo (Lei nº 5.692/71), com parte de suas experiências, sendo implantadas no campo da chamada educação de adultos e da educação popular.

Por força de lei, bem como o disposto na LDB em seu Art. 11, os municípios devem,

I – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos estados. (BRASIL, 1996)

Assim, no município de Salvador, a educação é regulamentada conforme a Lei Orgânica do Ensino que define as competências e atuação, bem como as resoluções do Conselho Municipal de Educação que define e estabelece as orientações básicas para implantação dos serviços educacionais. Diante das diretrizes e normativas para o desenvolvimento das ações de EJA na Rede Municipal, a Secretaria Municipal de Educação do Salvador implantou no ano de 1997 uma política de gestão descentralizada, com o objetivo de oferecer à comunidade escolar um atendimento mais eficaz.

Para isso, foram criadas onze Coordenadorias Regionais de Educação - CRE². As Coordenadorias foram distribuídas nos mais diversos bairros, incluindo o subúrbio da cidade, de modo que as escolas são atendidas por pólos, de acordo com a sua localização, como podemos ver na Figura 1.

² Centro, Cidade Baixa, São Caetano, Liberdade, Orla, Itapuã, Cabula, Pirajá, Subúrbio I, Subúrbio II e Cajazeiras.

I - as Coordenadorias Pedagógicas:

- a) apoiar as unidades de ensino, por meio da gestão escolar, na gestão pedagógica, de acordo com as diretrizes da Diretoria Pedagógica;
- b) analisar os indicadores educacionais e apoiar as unidades de ensino na construção de planos de ação que permitam o avanço da aprendizagem dos alunos;
- c) promover a articulação das demandas das unidades de ensino com a Diretoria Pedagógica;
- d) implementar o Sistema de Monitoramento da Rede Pública Municipal de Ensino;
- e) fornecer dados de demanda por matrícula nas unidades de ensino da Gerência Regional e área de abrangência;
- f) acompanhar e orientar as unidades de ensino da Gerência Regional na realização do Censo Escolar.

Desta maneira, além de mudanças na estrutura organizacional na SMED, também houve troca de parte da equipe. No entanto, o trabalho desenvolvido pelos Coordenadores Pedagógicos teve sua continuidade com ações educacionais no âmbito do município, promovendo articulação, monitoramento e desenvolvimento de atribuições técnico-administrativas e pedagógicas junto as Unidades Escolares.

A LDB nº 9.394/1996 reiterou os direitos educativos dos jovens e adultos ao ensino adequado às suas necessidades e condições de aprendizagem, estabelecendo as responsabilidades dos poderes públicos na identificação e mobilização da demanda e provisão de ensino fundamental gratuito e apropriado. Para Carneiro (2008, p. 14),

[...] Com o advento da Lei 9.394/96, renasce a esperança da superação das ações educativas concorrentes, inaugurando-se um novo desenho de medidas de natureza estrutural inafastáveis, envolvendo gestão e financiamento da educação, reestruturação curricular, formação do professor, atualização dos conteúdos e inovação metodológica e, por fim, incorporamento de sistemas de ensino dinamicamente articulados.

Dessa forma, nessa LDB, a EJA passou a ser uma modalidade da Educação Básica, garantindo o atendimento aos jovens e aos adultos que não tiveram acesso ou que não deram continuidade aos estudos, e o atendimento de jovens com mais de 15 anos que não concluíram o ensino fundamental ou encontram-se em defasagem idade/série, priorizando o combate ao analfabetismo. Essa mudança significou a reafirmação da sua institucionalização. Do ponto de vista legal, a EJA é disciplinada pelos Artigos 37 e 38 da Lei nº 9394/96,

Art. 37 A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento (incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

Art. 38 Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

[...]

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Para além de uma oferta à população de jovens e adultos com idade superior a 15 anos, a LDB nº 9.394/1996 estabelece a necessidade de uma abordagem pedagógica própria. Assim, a EJA se constitui numa modalidade da Educação Básica com estrutura, finalidades e funções específicas que deve ser pensada a partir de um modelo pedagógico próprio, com caráter de educação permanente, tendo como objetivo criar situações pedagógicas apropriadas para atender aos tempos, saberes, experiências e aprendizagens dos sujeitos jovens, adultos e idosos.

A LDB propôs alguns princípios, em seu Artigo 3º, tais como: igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; garantia do padrão de qualidade; valorização da experiência extraescolar, bem como vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. Tais princípios estimularam a criação de propostas alternativas na área da EJA.

Dessa maneira, após a LDB nº 9.394/1996, surgem várias dúvidas sobre a organização da EJA nas instituições de ensino. Sendo assim, em 2000, são aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, bem como conceitos e as funções dessa modalidade educativa. Estas foram elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, para esclarecer as

dúvidas recorrentes acerca da sua nova abordagem e devem, obrigatoriamente, ser observadas na oferta de EJA, nas etapas de Ensino Fundamental e Médio, em instituições que integravam a organização da educação nacional, considerando o caráter próprio desta modalidade de educação.

Diante desse contexto e depois de intensas disputas no Congresso Nacional e cinco anos após publicação da LDB, foi aprovado o Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172/2001, com duração prevista para dez anos (2001-2010). No item sobre as diretrizes do Plano Nacional de Educação para a educação de jovens e adultos, a lei considerou as transformações mundiais, os avanços tecnológicos, a influência do fenômeno da globalização e propôs desenvolver o conceito de Educação ao Longo da Vida, partindo da alfabetização, mas não se restringindo a ela. A educação de jovens e adultos deveria compreender, no mínimo, o equivalente para a conclusão do ensino fundamental obrigatório (BRASIL, 2011). Cury (2008, p. 301) enfatiza que a Lei do Plano Nacional nº 10.172/01, esvaziada de seu suporte financeiro, ficou apenas em metas de “boa vontade” conquanto expressivas do quanto se poderia fazer nos dez anos de sua validade.

No ano de 2001, a Secretaria Municipal de Educação de Salvador, na modalidade educativa EJA, trabalhava com o Ensino Fundamental Noturno I, com professores polivalentes, ou seja, o professor com todas as disciplinas, em sistema de ciclos, denominados PEB³ I e PEB II, no qual cada ciclo era composto de dois anos; e Ensino Fundamental Noturno II de forma seriada, com professores especialistas a cada disciplina. Nesse período, outros documentos balizavam a EJA, tais como: Escola, Arte e Alegria (SALVADOR, 2000) com objetivo de orientar e socializar informações para o Diretor e o Vice-diretor da escola, no desempenho de suas atividades gerenciais relativas aos aspectos, organizacional, político, pedagógico e legal; e Linhas de Ação Quadriênio-2001/2004 (SALVADOR, 2001), regulamentando as metas da rede municipal de ensino e ressaltando o seu compromisso com o Ensino Fundamental Noturno e a formação continuada de Professores do referido segmento.

Considerando que um dos objetivos da EJA, segundo o Parecer 11/2000, é o de “assegurar o direito à educação escolar de jovens e adultos que, pelas razões mais diversas não tiveram a oportunidade de frequentar ou de concluir a educação

³ Denominação dada para a modalidade educativa EJA como ciclo de estudos básicos.

básica” (BRASIL, 2000), o relator Carlos Roberto Jamil Cury enfatiza que a nova concepção de EJA significa mais que uma norma programática, e sua inserção no corpo legal indica um caminho a seguir e a “efetivação do direito a educação existirá se e somente houver escolas em número bastante para acolher todos os cidadãos brasileiros e se desta acessibilidade ninguém for excluído” (BRASIL, 2000, p. 66).

O Documento propõe, então, três diferentes funções a essa modalidade: *reparadora*, que restitui o direito ao acesso a uma educação de qualidade até então negada à população; *equalizadora*, com a garantia de continuidade dos processos formativos interrompidos; e *qualificadora* baseada na ideia de educação ao longo da vida (BRASIL, 2000). Para além de representar por meio dessas funções a inclusão social é uma busca na tentativa de reparar uma dívida histórica com a classe trabalhadora, bem como com aqueles que tiveram sua trajetória interrompida e tem-se a possibilidade de um novo recomeço e ponto de partida para igualdade de oportunidades.

A EJA parte do princípio de que a constituição de uma educação básica para jovens e adultos deve ser voltada para a cidadania. Hoje, é uma modalidade educativa e componente constitutivo da Educação Básica e não mais um subsistema de ensino. No Parecer CNE/CEB 11/2000, constitui-se em uma chave indispensável para o exercício da cidadania, na sociedade contemporânea, tornando-se cada vez mais necessária nesses tempos de grandes mudanças e inovações nos processos produtivos. Voltando à escola, o indivíduo jovem e adulto pode retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na própria vida. Nesse contexto, a educação de jovens e de adultos representaria a promessa de abrir um caminho de desenvolvimento de todas as pessoas, de todas as idades. Adverte Beisiegel (1997, p. 33) que,

É a própria legislação que está propondo às autoridades e aos educadores a tarefa de investigar e definir modalidades de realização do trabalho educativo adequadas às condições de vida de jovens e adultos trabalhadores. [...] Além do necessário domínio das técnicas de trabalho pedagógico e do conhecimento das características especiais de jovens e adultos, impõe-se examinar principalmente a questão dos modelos de organização das atividades educativas, de modo a adequá-las às peculiaridades e às possibilidades de sua clientela. E é sempre importante não esquecer que a principal peculiaridade dos jovens e adultos analfabetos é a sua condição de portadores de uma situação de classe.

Nesse sentido, o compromisso da Rede Municipal de Ensino de Salvador na implantação da modalidade EJA se concretizou por meio da Resolução CME nº 011 de 21 de dezembro de 2007, sendo aprovada pelo Conselho Municipal de Educação, que dispõe sobre a estrutura curricular, a organização pedagógica e a seguridade do direito subjetivo público, obrigatório, dos jovens e adultos ao ensino fundamental, assim delineada,

Art. 1º - Na implantação da modalidade de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Municipal de Ensino sejam observados os componentes curriculares para o Ensino Fundamental e o caráter próprio desta modalidade de ensino, obedecendo aos Art. 26, 27, 28 e 32 da LDB e a Resolução CNE/CEB nº. 02/98 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

Diante desse contexto, a Rede Municipal de Ensino de Salvador passou por diversas transformações na modalidade de EJA. Sua estrutura curricular passou por modificações mediante proposta para o atendimento aos sujeitos jovens, adultos e idosos, através da Resolução CME nº 011, que institui o Segmento da Educação de Jovens e Adultos – SEJA. Este foi organizado para viabilizar a construção de experiências de apropriação e sistematização do conhecimento sobre a realidade, de modo a suscitar reflexões e desenvolvimento de habilidades.

Este processo de implantação da modalidade educativa Educação de Jovens e Adultos na rede foi fundamentado, também, pelo Parecer CNE/CEB 11/2000 que conferiu à EJA, diretrizes que discutem não só o processo de escolarização, mas a garantia do direito dos jovens e adultos à Educação Básica, com um currículo pautado em uma pedagogia crítica, que considera a educação como dever político, como espaço e tempo propícios à emancipação dos educandos e à formação da consciência crítico-reflexiva e autônoma. Assim, enfatiza o relator Cury (2000, p.10),

[...] a educação de jovens e adultos representa uma promessa de efetivar um caminho de desenvolvimento de todas as pessoas, de todas as idades. Nela, adolescentes, jovens, adultos e idosos poderão atualizar conhecimentos, mostrar habilidades, trocar experiências e ter acesso a novas regiões do trabalho e da cultura. A EJA é uma promessa de qualificação de vida para todos, inclusive para os idosos, que muito têm a ensinar para as novas gerações.

Como também disposto na Resolução CME nº 011 de 21 de dezembro de 2007 em seu Art. 2º,

A presente Resolução abrange os processos educativos, formativos e a qualificação para o mundo do trabalho, da Educação de Jovens e Adultos, com avaliação no processo e integralização dos tempos de

escolaridade, para atendimento a população de 15 anos de idade ou mais que não teve acesso à escolarização na idade própria, considerando o seu perfil socioeconômico e cultural. (BAHIA, 2007)

A Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (FUNDEB) e, a partir desse momento haveria uma garantia de recursos para municípios que ofertassem cursos de EJA. Ressalto que outros programas também passaram a atender a EJA, tais como: Programa do Livro Didático (PNLD) e o Programa de Alimentação Escolar (PNAE).

Em 2008, atendendo à resolução do Conselho Municipal de Educação nº 011, a EJA se desenvolvia como segmento semestral, composta por quatro estágios para o cumprimento do Ensino Fundamental I, e quatro áreas para o Ensino Fundamental II, conforme o documento *Salvador, Cidade Educadora: novas perspectivas para a educação municipal e Projeto Político Pedagógico da EJA da rede municipal de ensino*.

Não há como tratar da EJA à margem do poder público, uma vez que existe um número de pessoas que não tem escolaridade. Dessa maneira, é evidente a necessidade de se pensar em políticas públicas para que essa modalidade chegue à qualidade social da educação. Vejamos na Tabela 1 os dados do Censo de 2010 a respeito do público da EJA.

TABELA 1 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever - total e respectivas taxas de analfabetismo, por cor ou raça e grupos de idade, segundo as Unidades da Federação e os municípios das capitais – 2010

Unidades da Federação e municípios das capitais	Pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever, total e respectivas taxas de analfabetismo, por grupos de idade (%)									
	15 anos ou mais		15 a 24 anos		25 a 39 anos		40 a 59 anos		60 anos ou mais	
	Total	Taxa (%)	Total	Taxa (%)	Total	Taxa (%)	Total	Taxa (%)	Total	Taxa (%)
	Total									
Brasil	13 933 173	9,6	851 062	2,5	2 623 813	5,6	4 997 340	11,6	5 460 958	26,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

No cenário educacional, o analfabetismo constitui-se um dos problemas enfrentados pela educação, sobretudo o que incide sobre a população adulta, que reflete as desigualdades históricas existentes no país. O censo de 2010 revela que o Brasil tem 13.933.173 pessoas analfabetas em idade entre 15 anos ou mais de idade.

Evidenciado pelos dados estatísticos quanto ao número de analfabetos, permite-nos entender que esta modalidade educativa atende a um público cuja maioria é constituída de pessoas que tiveram passagens frustradas pela escola - sejam adolescentes, jovens excluídos do sistema regular; sejam idosos que nunca tiveram acesso à escola, o que ratifica um sentimento de inferioridade por ser analfabeto e possibilita o pensamento e o sentimento de excluídos dentro da sociedade. Esta situação ressalta o grande desafio pedagógico com a proposição de práticas inovadoras e de qualidade com o intento de garantir a esse segmento social, que vem sendo marginalizado nas esferas socioeconômica e educacional, o acesso à educação formal e à cultura letrada, de modo que lhe possibilite uma participação mais ativa na sociedade. Para Gadotti (2009, p. 15),

Muitas políticas públicas encaram o combate ao analfabetismo como um custo e não como um investimento, não se levando em conta que o analfabetismo tem um impacto não só individual, mas também social. Ele impacta a vida das pessoas, na saúde (mais enfermidades), no trabalho (piores empregos), na educação, e impacta também a sociedade, a participação cidadã, a perda de produtividade e de desenvolvimento social.

Para o relator Carlos Roberto Jamil Cury, não se trata de criar estratégias para acelerar quem está com atraso no processo de escolarização, mas, sim, pensar em propostas de políticas que dêem a esse segmento uma identidade própria com Projeto Político Pedagógico que contemple currículo e procedimentos metodológicos apropriados aos sujeitos que têm conhecimentos e saberes próprio. Trata-se, então, de uma modalidade que requer atenção e reparação social, conforme Parecer 11/2000, do CNE,

[...] a função reparadora da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Desta negação, evidente na história brasileira, resulta uma perda: o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. (BRASIL, 2000, p. 07)

Na Resolução do CNE/CEB nº 01, de 5 de julho de 2000, ficaram instituídas as diretrizes quanto à oferta e estrutura dos componentes curriculares de ensino fundamental; em 2010 foi aprovada a Resolução CNE/CEB nº 03 que instituiu diretrizes operacionais para essa modalidade educativa. Tais diretrizes reafirmam a idade mínima de 15 anos para ingresso na EJA no Ensino Fundamental. Além disso, estabelece um padrão de tempo mínimo de horas de duração para os seus cursos:

para os anos finais do Ensino Fundamental, a duração mínima seria de 1.600 horas, já a duração dos anos iniciais do Ensino Fundamental ficaria a critério de cada sistema de ensino. (BRASIL, 2010).

Para além dos dispostos nessa Resolução, a SMED com objetivo de garantir a qualidade do processo de ensino e aprendizagem e reestruturação da modalidade educativa da EJA, publica a Portaria nº 003/2014. Nela está contida a Instrução Normativa de implantação da nova proposta pedagógica para a Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Ensino de Salvador, que altera o formato de atendimento para anual, a saber: o Ensino de Fundamental I disposto em três anos, denominados Tempos de Aprendizagem (TAP) I, II e III; o Ensino de Fundamental II em TAP IV e V; bem como apresenta como será distribuída a carga horária e as matrizes curriculares.

Assim, após a imersão nos documentos apresentados e nas reflexões realizadas nessa pesquisa, compreendo a EJA como uma modalidade da Educação Básica, que abarca os processos educativos, vivenciados pelos sujeitos em contextos formativos e de qualificação para o mundo do trabalho nos diferentes espaços e tempos humanos ao longo da vida. Nessa perspectiva, a Declaração de Hamburgo (1997) prevê,

A educação de adultos engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, onde pessoas consideradas “adultas” pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade. (UNESCO, 1997)

Diante do exposto, no município de Salvador, há ainda muitos desafios que exigem ações de gestores e educadores na implantação de novas experiências, já que se percebe que a demanda de EJA ainda é grande e complexa.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CAMINHOS E SENTIDOS

Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

(FREIRE, 2000, p. 31).

Desde o final do século XX até o momento, vivemos transformações sociais, econômicas e políticas. Estas, acompanhadas do avanço tecnológico fazem surgir uma sociedade onde os cidadãos necessitam interagir com o que vem acontecendo no mundo e, dessa forma, esta nova sociedade necessita de uma escola que possibilite a seus participantes um desenvolvimento social, econômico, político e que não seja apenas transmissora de conteúdos.

Posto isso, é importante falar sobre o que é Planejamento, destacando que o ato de planejar é imprescindível, que deve ter finalidades e princípios definidos para a vivência na escola e entendidos por todas da comunidade escolar (pais, alunos, professores, gestores e funcionários). Para Vasconcellos (2006, p. 35), “[...] planejar é antecipar mentalmente uma ação a ser realizada e agir de acordo com o previsto, essencialmente humano.” Assim, planejar é necessário e possível, pois indica que, por mais complexo que seja esse fazer, não pode existir sua feitura por apenas um sujeito; os processos, concepções, metodologias, estratégias, projetos são de construção coletiva. Freire abordou sobre planejamento educacional em sua obra *Educação e Atualidade Brasileira*, que nos diz:

Todo planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem de responder às marcas e aos valores dessa sociedade. Só assim é que pode funcionar o processo educativo, ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança. Às vezes, preservando determinadas formas de cultura. Outras, interferindo no processo histórico, instrumentalmente. De qualquer modo, por ser autêntico, é necessário ao processo educativo que se ponha em relação de organicidade com a contextura da sociedade a que se aplica. (...) A possibilidade humana de existir – forma acrescida de ser – mais do que viver, faz do homem um ser eminentemente relacional. Estando nele, pode também sair dele. Projetar-se. Discernir. Conhecer. (FREIRE, 1959, citado por PADILHA, 2001, p. 15-16)

A escola é um espaço de vivências múltiplas e democráticas, é o lugar adequado para a construção coletiva de um ambiente interativo onde as aprendizagens sejam significativas, inclusivas e transformadoras. Portanto, planejar o processo educativo constitui-se na atualidade uma necessidade para se consolidar a mudança que a educação almeja para atender as demandas concernentes à sociedade atual.

A Constituição de 1988 demarca, na história da educação brasileira, o início de um processo de discussões sobre a gestão democrática nas escolas. Em seu capítulo dedicado à educação, no Artigo 206, incisos III e VI, estabelece-se como um dos princípios orientadores a gestão democrática dos sistemas de ensino público, a igualdade de condições de acesso à escola e a garantia de padrão de qualidade. Por sua vez, esse discurso posto na referida lei institui às escolas mudanças nas formas de gerir os processos e as tomadas de decisões.

Nesse contexto,

O papel da escola torna-se ainda mais específico, a escola tenderá a tornar-se a instância estratégica em termos de equalização de oportunidades e de qualificação das mudanças estruturais. Tem de ser qualitativa e universal, para assegurar a todos a mesma oportunidade de desenvolvimento. (DEMO, 1993, p. 244-245)

A busca pela gestão democrática inclui em atender a tais finalidades ao integrar a instituição escolar em torno de ações co-participativas no âmbito administrativo como pedagógico, fortalecendo, portanto, a autonomia e a participação da comunidade escolar no processo de organização e gestão escolar. Veiga (2009) diz que esta “implica o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização”. Assim, o Projeto Político Pedagógico constitui-se num importante instrumento de gestão democrática a serviço da efetivação educativa, pois para ser efetivado ele consolida os dois princípios fundamentais da gestão democrática: autonomia e participação.

Logo, a gestão democrática reforça a concretização do PPP, pois aumenta a viabilidade das instituições em recuperar sua legitimidade, contribuindo também, para fortalecer a participação efetiva da Unidade Escolar na política local, mobilizando esforços e racionalizando a gestão de recursos. Logo, a escola precisa organizar-se de acordo com seus valores e na formação dos educandos, e o PPP busca garantir o cumprimento desta função envolvendo a comunidade educativa, na

elaboração e definição de suas metas e estratégias de funcionamento, condizente com a realidade vivenciada. Para Vasconcellos (2002, p. 15),

É praticamente impossível mudar a prática de sala de aula sem vinculá-la a uma proposta conjunta da escola, a uma leitura da realidade, à filosofia educacional, às concepções de pessoa, sociedade, currículo, planejamento, disciplina, a um leque de ações e intervenções e interações.

Dessa maneira, o PPP se insere como possibilidade de integração de toda a comunidade educativa a fim de construir um modelo de escola que atenda a realidade atual. O PPP, como instrumento de organização coletiva, contribui com este processo integrando e direcionando o processo de mudança, articulando todos os setores do interior escolar para participar ativamente da consolidação de um modelo de educação que atenda aos anseios sociais. Como dizem Romão e Gadotti (1994, p. 42, citado por PADILHA, 2001, p.44)

É preciso entender o Projeto Político Pedagógico da escola como um situar-se no horizonte de possibilidades na caminhada, no cotidiano, imprimido uma direção que se deriva de respostas a um feixe de indagações tais como: que educação se quer e que tipo de cidadão se deseja, para o projeto de sociedade? A direção se fará ao se entender e propor uma organização que se funda no entendimento compartilhado dos professores, dos alunos e demais interessados em educação.

E, dessa forma, os sujeitos que participam da concepção, execução e avaliação do PPP assumem um compromisso mais efetivo, pois “[...] tecem uma rede de relações que, perpassadas simultaneamente por diálogos e conflitos, ressignificam a identidade da escola” (SOUZA, 2004, p.225). Diante do exposto, o Projeto Político Pedagógico é compreendido como um instrumento de identidade da escola, que retrata o modelo de sociedade que esta escola quer construir. Entretanto, uma discussão sobre o PPP no sentido empregado na educação, perpassa, inicialmente, pela compreensão do significado dos termos: Projeto, Político e Pedagógico.

O sentido etimológico desses termos vem de diferentes origens. A palavra PROJETO do latim *projectu*, particípio do verbo *projicere*, que significa lançar para diante, arremessar; a palavra POLÍTICO, originada do grego *politikos*, significa homens que nasceram em uma cidade (*polis*) livres e iguais; a palavra PEDAGÓGICO, também, do grego *paideia*, que significa educação, ensino, método de ensino (VEIGA, I 2009; CHAUI, 2003). Assim, o Projeto Político Pedagógico - PPP

pode ser considerado como o resultado de um trabalho coletivo, voltado para o futuro de uma comunidade.

Para Vasconcellos (1995, p.143), o Projeto Político Pedagógico ou Projeto Educativo é o plano global da instituição, tem como objetivo ajudar a “enfrentar os desafios do cotidiano da escola, de forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa”. O autor ainda enfatiza que se trata de “uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição”. Para ele, o projeto quando visto como um plano global da instituição implica, tanto no processo de elaboração (expressão de sua identidade, de suas opções, de sua visão e julgamento da realidade, bem como das propostas de ação para concretizar, o que se propõe a partir do que vem sendo), quanto na realização interativa (colocação em prática daquilo que foi projetado, acompanhado de avaliação).

Para Veiga (2009, p. 13), o Projeto Político Pedagógico busca uma direção, é considerado como uma construção coletiva, ou seja, todos os envolvidos no processo educativo constituindo um processo democrático de decisões e organização do trabalho pedagógico. Para a autora, os termos Político e Pedagógico têm uma significação indissociável, uma vez que o PPP,

É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Importante destacar que toda escola tem objetivos, metas, sonhos e meios de concretização; esse conjunto é que dá forma e vida ao PPP. Aqui ressalto que as próprias palavras que o compõem dizem o que significa. É *Projeto*, pois reúne as ações, sonhos e prazos; *Político*, porque considera a escola como espaço de formação de sujeitos críticos em prol de crescimento e mudanças na sociedade; *Pedagógico*, por definir e organizar os projetos educativos e atividades necessárias ao processo de ensino-aprendizagem.

Desta forma, fica evidenciado que a escola necessita ter clareza de seu papel no desenvolvimento de cidadãos que participem como sujeitos ativos na construção da sociedade, cumprindo com seu papel social. No entanto, para existir uma educação

voltada à formação de cidadãos críticos, políticos, a escola deve desenvolver uma proposta pedagógica que possibilite esta realização.

Assim, um caminho para alicerçar esta proposta é o Projeto Político Pedagógico que, construído de maneira coletiva, irá contribuir para a formação desse cidadão, sendo capaz de colaborar para uma sociedade justa e igualitária. Nesse sentido, Souza (2004, p. 224) acrescenta:

A construção do projeto político pedagógico quando perpassada pela reflexão crítica, qualifica os atores sociais que o concebem, executam e avaliam como produtores de uma escola que pode orientar suas práticas para a transformação social.

O Projeto Político Pedagógico representa um desafio importante na caminhada de uma escola que busca efetivamente uma educação de qualidade. Ela é um espaço o qual pessoas dialogam, discutem, questionam e compartilham saberes, bem como, um lugar de transformações, contradições, colaboração e criatividade.

De acordo com as diretrizes nacionais e com o parecer CNE/CEB 11/2000, o município de Salvador através do Conselho Municipal de Educação institui a Resolução CME nº 011 que expressa também a necessidade de ser elaborado propostas pedagógicas que garantam as especificidades da EJA, conforme o disposto no Artigo 4,

Art. 4º - Nos cursos de Educação de Jovens e Adultos, seja observado o modelo pedagógico próprio desta modalidade de ensino, expresso na proposta pedagógica das unidades escolares, obedecendo aos princípios, objetivos e às Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas para o Ensino Fundamental e Educação Profissional e, nas Resoluções e Portarias próprias do Sistema Municipal de Ensino. (BAHIA, 2007).

Entendido como sistematização, nunca definitiva, o Projeto Político Pedagógico caracteriza-se como um processo que se aperfeiçoa e se concretiza no desenvolvimento do cotidiano educacional, definindo, por assim dizer, claramente, o tipo de ação educativa que se quer realizar. Segundo Vasconcellos (2006, p. 169), “é um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação”.

O Projeto Político Pedagógico da escola é uma reflexão de seu cotidiano, o que pressupõe continuidade das ações, descentralização, democratização do processo

de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório. (VEIGA, 2009, p. 33)

O PPP tem sido objeto de muitos estudos e pesquisas; e, estudá-lo, é pensar em como a escola é organizada, como é efetivado o trabalho pedagógico como um todo, vencer os desafios, propor mudanças e inovações, pensando e delineando a ação educativa. Para Veiga (2011), esse estudo é importante para a compreensão dos compromissos da escola em atender e responder aos desafios por influência de fatores, tanto externos quanto internos, que levam a escola no caminho da qualidade do processo educativo. Ela destaca que,

É oportuna a discussão deste tema porque a questão do Projeto Político Pedagógico representa um desafio em busca de novas trilhas para a escola. Considerando que o ato de trilhar significa percorrer, palmilhar, abrir caminhos novos, andar em busca de novos rumos, e que a escola, como instituição social compromissada com a educação de crianças, jovens e adultos, realiza uma ação intencionalizada, sistematizada, de acordo com princípios filosóficos, epistemológicos e pedagógicos [...] Os fatores externos são fatores de ordem econômico-cultural, científica e tecnológica: os fatores internos estão relacionados ao desenvolvimento do conhecimento sobre o processo educativo. Esses fatores, em constante interação contribuem para ampliação das funções da escola ao mesmo tempo em que provocam a busca de processos de intervenção que possibilitam a realização de experiências significativas de aprendizagem por parte do aluno (VEIGA, 2011, p. 45-46).

O PPP é instituído e regulamentado pela LDB nº 9.394/96 quanto sua elaboração e execução, conforme o disposto no Artigo 12,

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I – elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II – administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III – assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV – velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V – prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII – informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola.

Diante do exposto, toda instituição educacional, deve assumir o trabalho de refletir sobre a intencionalidade educativa e, conseqüentemente, suas ações através da elaboração do Projeto Político Pedagógico considerando os diferentes níveis e

modalidades de ensino, tendo em vista o processo de democratização e melhoria na qualidade do ensino.

Para Libanêo (2004, p.35), Projeto Político Pedagógico é o Documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar. Dessa forma, encontramos no PPP a cultura da escola impregnada de crenças, valores, significados, modos de ser, pensar e agir das pessoas da comunidade escolar, que favorece a orientação da prática em produzir a realidade.

Assim, o PPP deve explicitar as características que gestores, professores, funcionários, pais e alunos pretendem construir na unidade e qual formação querem para quem ali estuda. Desta maneira, conforme LDB nº 9.394/96, no Artigo 14,

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola. (BRASIL, 1996).

Segundo Carneiro (2008, p. 71), a Lei, nesta perspectiva, deixa claro que,

[...] decisões então centralizadas no diretor cedem lugar a um processo de resgate de efetiva função social da escola, através de um trabalho de construção coletiva entre todos os agentes da escola e destes, com a comunidade. Tal horizonte vai retirar, também, a prática do professor que chega à escola, vai à sala de aula imediatamente, desconhecendo, muitas vezes, os objetivos e a própria filosofia pedagógica da escola em que passa a trabalhar. Por outro lado, a consciência crítica é estimulada pela participação. O trabalho participativo não apenas descentraliza as decisões, mas também sacode o mofo da rotina e recria o sonho das pessoas a cada dia.

Partindo desta perspectiva e realidade, o que se estabelece é que o professor deve estar envolvido ativamente e compreender que ele faz parte desta construção coletiva. Como afirma Freire (2002, p.39) sobre o papel do professor na sociedade:

[...] Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê. Não posso ser professor a favor simplesmente do Homem ou da Humanidade, frase de uma vaguidade demasiado contrastante com a concretude da prática educativa. Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade

contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo.

Assim, destaco que a maneira do professor se posicionar diante da realidade, da sua participação na história e nas relações estabelecidas com seus educandos no processo ensino-aprendizagem, da forma como concebe o saber, o modo de enfrentar os desafios e conflitos na prática do cotidiano escolar é que fazem a diferença para se ter mudanças significativas em sua prática e na sua participação na construção do Projeto Político Pedagógico. Vasconcellos afirma (1995, p.147): “há a necessidade de um processo de sensibilização, de motivação, de mobilização para com a proposta de trabalho. Se o professor não perceber, se não acreditar, de nada adiantará a construção do Projeto Político Pedagógico”.

Dessa forma, é fundamental que o professor tenha a compreensão de seu papel no processo pedagógico da escola, que se veja como professor da escola e não apenas de uma sala de aula, que faz parte de um sistema onde há implicações sociais, econômicas e políticas. Posto isso, é importante e necessário o professor conhecer, evidenciar o significado do PPP e seus princípios, para que a sua participação contribua significativamente nas ações de melhoria na qualidade da educação e na formação dos sujeitos.

Para Veiga (2009, p.15), o Projeto Político Pedagógico não visa simplesmente a um rearranjo formal da escola, mas uma qualidade em todo o processo vivido. Vale acrescentar, ainda, que a organização do trabalho pedagógico da escola tem a ver com a organização da sociedade. Nesta perspectiva, para Gadotti (1994), o Projeto é Político porque reflete as opções e escolhas de caminhos e prioridades na formação do cidadão, como membro ativo e transformador da sociedade em que vive. É Pedagógico porque expressa as atividades pedagógicas e didáticas que elevam a escola a alcançar seus objetivos educacionais.

Destarte, o Projeto Político Pedagógico pode ser considerado como um instrumento capaz de promover mudanças organizacionais significativas, ao integrar a comunidade educativa em torno de soluções para os conflitos e necessidades da realidade educacional, em torno da efetivação da função social da escola. A abordagem do PPP deverá estar fundada nos princípios que deverão nortear a

escola pública democrática e gratuita: igualdade, qualidade, gestão democrática, liberdade e valorização do magistério.

Nesse sentido, a Rede Municipal de Ensino de Salvador por meio da Resolução nº 020 de 13 a 16 de novembro de 2010, sendo aprovada pelo Conselho Municipal de Educação, dispõe sobre as diretrizes básicas para elaboração ou adequação do Projeto Político Pedagógico dos estabelecimentos de Educação Infantil, Ensino Fundamental e SEJA do Sistema Municipal de Ensino de Salvador, assim apresentada,

Art. 1º. Os Estabelecimentos de Educação Infantil, Ensino Fundamental e SEJA do Sistema Municipal de Ensino de Salvador devem elaborar ou adequar seu Projeto Político Pedagógico - PPP, com embasamento na Lei Federal nº 9.394/96 e com fundamento nas normas gerais do CNE.

Parágrafo único. Cada estabelecimento de ensino deve elaborar ou adequar seu Projeto Político Pedagógico como expressão de sua autonomia e em procedimento coletivo.

Posto isso, as escolas têm obrigatoriedade de elaborar e executar o PPP por considerar como um instrumento que possibilita sua autonomia para concretização das finalidades educativas, bem como a superação de problemas que surgem na prática educativa mediante reflexão coletiva.

Nesse mesmo movimento de discussão sobre propostas e projetos políticos pedagógicos, no ano de 2010, a rede municipal de ensino de Salvador realizou uma parceria com o Instituto Paulo Freire e deu início ao processo de formação continuada para gestores, professores e coordenadores pedagógicos que atuavam no SEJA. Em 2011, deram continuidade ao processo formativo, visando à construção de uma Proposta Pedagógica para a educação de jovens e adultos que contemplasse as especificidades da mesma, contribuindo com possíveis transformações da prática educativa, resultando em um documento o qual foi denominado de Projeto Político Pedagógico da Educação de Jovens e Adultos.

Empreendido de forma coletiva por gestores escolares e educadores durante as atividades de formação continuada da rede de ensino do município, o PPP, segundo Nascimento e Costa (2012, p. 21), seria resultado de

[...] um grande e intenso movimento de ação-reflexão-ação, envolvendo os educadores e educadoras, coordenadores e coordenadoras, equipes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (Secult) e, ainda que de forma indireta, os

educandos e as educandas deste projeto, do qual o PPP é o produto final desse coletivo de sujeitos pensantes e executores.

Definido, por seus autores, como documento produzido sob forte influência do pensamento de Paulo Freire, o PPP seria, desse modo,

[...] um empreendimento educativo capaz de não apenas reafirmar a autonomia administrativa e pedagógica da escola [...], mas de posicionar os sujeitos da escola a níveis mais elevados de autonomia pessoal, visto permitir uma reflexão coletiva sobre o papel da escola no desenvolvimento do projeto de vida de cada um. (NASCIMENTO; COSTA, 2012, p. 28).

Esta ideia de autonomia segue por vezes reafirmada, ao longo do PPP, mediante a defesa de um ensino público de EJA pautado em outro conceito-chave para a Pedagogia Freiriana - a *críticidade*. Assim,

Outra função importante [do PPP] é desenvolver no aluno pensamento crítico e reflexivo a respeito do conteúdo e proporcionar-lhe que compreenda o sentido da escrita, de palavras e de temas, fazendo sempre ligação com sua experiência de vida. (NASCIMENTO; COSTA, 2012, p. 28).

Apesar de toda implicação dos documentos legais e suas concepções teóricas, noto, no acompanhamento pedagógico que realizo em Escolas que ofertam a EJA, ainda, uma série de obstáculos de naturezas diversas. Por exemplo, a falta de uma infraestrutura escolar adequada, a incongruência do material didático utilizado, os fundamentos teórico-metodológicos defendidos no PPP – sobretudo a falta de regionalização dos seus conteúdos –, a ausência de uma divisão de turmas orientada por faixas etárias – hoje, uma turma do município tem discentes com idade entre 15 e 80 anos –, além de outros fatores como a violência escolar e a desmotivação do profissional da educação pública. Dentre as várias causas para o distanciamento entre as expectativas do Projeto Político Pedagógico e a efetiva realização de seus acordos no âmbito escolar, destaco, ainda, a dificuldade do educador em transformar a sua prática para o atendimento da EJA, levando em consideração seu público.

Para o relator do Parecer 11/2000 do CNE, Carlos Roberto Jamil Cury, o jovem ou adulto, em qualquer idade e em qualquer época da vida, é possível se formar, se desenvolver e constituir conhecimentos, habilidades, competências e valores que transcendam os espaços formais da escolaridade e conduzam à realização de si e ao reconhecimento do outro como sujeito. (BRASIL, 2000).

Apesar de serem legitimadas pela Resolução, as Diretrizes para elaboração do Projeto Político Pedagógico não contemplam em seus anexos o embasamento e documentos oficiais que tratam a modalidade educativa da Educação de Jovens e Adultos, considerando o contexto e as suas especificidades. Outro fato a ser considerado é que, como conceituado por Veiga (2009) e Vasconcellos (2006), o PPP deve ser construído em cada unidade escolar, pois é preciso considerar, além das Diretrizes e normas nacionais e municipais, as características locais e o público de cada escola.

Dessa maneira, no acompanhamento que realizo a unidades escolares da Regional do Cabula, busco dialogar com a Gestão, Coordenação Pedagógica e, algumas vezes, com professores, com objetivo de conhecer o Projeto Político Pedagógico de cada escola. Entretanto, as respostas são evasivas, às vezes em elaboração, outras em revisão, e, assim, não vivenciei momentos de participação coletiva para discussão do PPP.

As Diretrizes, os objetivos e as metas para a educação de jovens e adultos, apontados no Plano Nacional de Educação – (PNE), LEI nº 10.172/2001, foram relevantes na medida em que expressam o resultado de uma política pública de educação que aponta as perspectivas para esta modalidade educativa. Como já expressava a Constituição de 1988, em seu Art. 214,

[...] estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas [...]

Assim, a LDB nº 9.394/96, Art. 9º, incube a União de elaborar o Plano Nacional de educação em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios. Desse modo, o PNE foi elaborado, partindo da necessidade de definir diretrizes, objetivos e metas para a educação, em especial alterou a concepção de EJA, não mais restrita a um período específico da vida ou a uma finalidade, mas desenvolveu o conceito de educação ao longo de toda vida que há de se iniciar com a alfabetização. Para Gadotti (2014, p. 07),

Uma nova política de Educação de Jovens e Adultos teria como objetivo principal superar a perspectiva restrita de uma simples e apressada alfabetização de rudimentos do ler e escrever,

encaminhando-se na direção da consolidação de uma política pública que de fato incluía a alfabetização no âmbito da Educação de Jovens e Adultos.

Mas não basta ensinar a ler e a escrever. Para inserir a população no exercício pleno da cidadania, melhorar sua qualidade de vida e ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho, a educação de jovens e adultos deve compreender no mínimo os princípios da gestão democrática, da conscientização, do diálogo, do respeito à diversidade, da cultura popular e do conhecimento crítico.

Contudo, a política educacional traduz uma prática de exclusão desta modalidade educativa, o que se pode perceber nas formas previstas de financiamento para a EJA, passando pelas questões metodológicas adotadas e pela responsabilidade do Estado com esta população. Desta maneira, no PNE, LEI nº 10.172/2001, os objetivos e metas para a EJA se contradizem porque não garantem as condições necessárias para viabilizar as ações dessa modalidade e a ênfase dada à participação da sociedade civil no oferecimento de oportunidades educacionais reflete a prática na tentativa de buscar paliativos para esta modalidade de ensino.

Como estabelecido pelo Art. 214 da Constituição de 1988, o PNE tem duração decenal e em 2010 foi elaborado um novo documento – LEI nº 13.005/2014, com metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, que dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais. Especificamente as metas 09 e 10 retratam a modalidade de EJA, quanto à elevação da taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional; e no oferecimento de 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas dessa modalidade.

O debate e o avanço nas legislações, no entanto, não refletiram em aumento nas políticas de atendimento, dado a falta de incentivos financeiros. Além disso, com a diminuição da idade para matrícula na EJA, aumentava-se, naturalmente, o seu público-alvo e as estratégias de investimento pareciam não seguir esse crescimento. De acordo com a legislação vigente, a saber, Constituição Federal, LDB nº 9.394/96, PNE e as Diretrizes Municipais, ficaram estabelecidos à obrigatoriedade e responsabilidade do Município à oferta da Educação de Jovens e Adultos.

Dessa forma, e considerando as especificidades do Sistema Municipal de Ensino, e a própria identidade sócio-demográfica do Município, o Plano Municipal de Educação – PME, publicado pela Lei nº 7.791/2010, é instrumento da política educacional elaborado com base no PNE e PEE, estabelece diretrizes, objetivos e metas para a educação em Salvador, refletindo as necessidades da população local.

O município, com base nessa legislação federal, ajusta o seu respectivo sistema, promulgando legislação específica e definindo as políticas públicas da educação. Nessa construção de uma educação básica para jovens e adultos, não se resolve apenas garantindo a viabilização de vagas, mas, principalmente oferecendo-se um ensino de qualidade, oferecido por professores aptos a congregar em seu trabalho as inovações nas distintas áreas de conhecimento e de incorporar as mudanças sociais e a suas consequências na esfera escolar.

Diante do exposto, tenho a compreensão de que o Projeto Político Pedagógico é o dispositivo que os sujeitos constroem, coletivamente, com o objetivo de nortear as ações que levam a viver um presente, almejando um futuro melhor para todos. Nessa direção, o PPP é muito mais que o encontro de vários documentos isolados que relata a realidade da escola, ele é um projeto em que um desejo, um sonho coletivo é transformado em uma ação. Dessa forma, para a construção do PPP nas escolas, a Educação de Jovens e Adultos deve ser compreendida enquanto processo de formação humana plena que, embora instalado no contexto escolar, deverá levar em conta as formas de vida, trabalho e sobrevivência dos jovens e adultos dessa modalidade de educação.

CAMINHOS PERCORRIDOS

É que ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, sem aprender a refazer, a retocar o sonho por causa do qual a gente se pôs a caminhar.

(FREIRE, 1997, p. 79).

Gatti (2012) cita a mudança no perfil da pesquisa educacional no final da década de 70 do século passado e começo dos anos 1980 devido a certo descrédito de que as soluções técnicas iriam resolver os problemas da educação brasileira, abrindo espaço a abordagens críticas, apontando perspectivas multi/inter/transdisciplinar. A autora apresenta esse período de contexto político e social em dois momentos: o primeiro impõe uma *política econômica de acúmulo de capital para uma elite*, em que as tecnologias de diferentes naturezas passam a ser valorizadas como prioridade; e o segundo como um período de transição, de *lutas sociais e políticas*, que constroem a lenta volta à democracia.

Ainda para Gatti (2012), a pesquisa em Educação é considerada como uma ação intencional, que trabalha com algo relativo a seres humanos ou com eles mesmos, em seu processo de vida e, metodologicamente, estruturada na busca de uma resposta para uma pergunta previamente elaborada, pois a pesquisa é o ato pelo qual se obtém conhecimento. Assim, produzir pesquisa é ser criativo, pois se trata de uma atividade coletiva com características específicas, cuja função primordial é atribuir sentido ao cotidiano, revendo e significando identidades e histórias.

Para Demo (2006, p.16), a pesquisa é compreendida “não só como uma busca do conhecimento, mas igualmente como atitude política”. É o processo que deve aparecer em todo trajeto educativo, como princípio educativo. Assim, pesquisar é sempre dialogar, no sentido específico de produzir conhecimento do outro para si, e de si para o outro.

Dessa maneira, compreendo que pesquisar no campo da Educação é refletir sobre as questões educacionais, fortalecendo e melhorando minha prática como educadora, pois, para Freire (1987, p. 42), “a educação deve ser problematizadora”,

que se fundamente na humanização do homem, na formação crítica do sujeito, ajudando-o a compreender o mundo e interferir nele. A importância da pesquisa, dessa maneira, consiste em ser instrumento de aperfeiçoamento da formação e da prática docente.

A busca pela compreensão e a investigação acerca da temática o “Projeto Político Pedagógico da Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino de Salvador” me fez buscar caminhos e percursos metodológicos para o fazer/construir dessa pesquisa.

Esse caminho percorrido permitiu a escolha pela abordagem qualitativa da pesquisa por acreditar que esta permite que a investigação seja vista como um processo vivo.

Na investigação qualitativa, uma característica marcante é a fonte direta dos dados no ambiente natural, o que é favorecido por ser/estar profissionalmente imbricada no contexto das escolas e no acompanhamento pedagógico ao segmento de Educação de Jovens e Adultos. Dessa maneira, “[...] as ações podem ser melhor compreendidas quando observadas no seu ambiente habitual de ocorrência [...] quando os dados em causa são produzidos por sujeitos [...]”, (BOGDAN, BIKLEN, 1994, p. 48).

A abordagem qualitativa é discutida por Ludke e André (1986, p. 18), apoiadas em Bogdan e Biklen (1994), para enfatizar que “o estudo qualitativo é o que se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”. E é com essas características que realizamos essa pesquisa para *analisar o PPP da EJA da Rede Municipal de Ensino de Salvador na perspectiva das escolas que integram a Regional do Cabula, identificando a participação da comunidade escolar na proposição/elaboração deste documento.*

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, elenquei como objetivos específicos: a) Analisar o PPP da EJA da rede municipal de ensino de Salvador, considerando os marcos legais e conceituais que amparam o processo de elaboração do PPP; b) Compreender a perspectiva dos educadores nas escolas da Regional do Cabula, sobre o PPP da EJA da Rede Municipal de Ensino de Salvador, identificando as contribuições para organização e gestão escolar; c) Identificar, juntamente com os sujeitos da pesquisa, pressupostos e estratégias que auxiliem as Unidades Escolares da Regional do Cabula que integram a Rede de Ensino de Salvador na

elaboração do PPP que contemplem a EJA considerando suas especificidades; d) Organizar um Documento Referencial para a construção de PPP nas unidades escolares considerando as legislações e referenciais teóricos que tratem as especificidades do público e do contexto dos sujeitos jovens e adultos.

Como estratégia metodológica, iniciei a investigação com uma pesquisa bibliográfica sobre o histórico da institucionalização da Educação de Jovens e Adultos e as políticas públicas para essa modalidade, conceitos e sentidos do Projeto Político Pedagógico e investiguei o Projeto Político Pedagógico da EJA na Rede Municipal de Ensino de Salvador, pois para desenvolver a pesquisa e as categorias conceituais é “preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico”. (LUDKE, ANDRÉ, 1986, p. 01)

Partindo desse entendimento, fez-se necessário, em um primeiro momento, adentrar no aporte teórico sobre o contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos, evidenciando seus avanços, dilemas e desafios contemporâneos, em prol da sua institucionalização, bem como, princípios e finalidades do Projeto Político Pedagógico e seus desdobramentos na gestão escolar dessa modalidade educativa.

A pesquisa bibliográfica abrange referencial teórico em busca de circundar o objeto de estudo, auxiliando na identificação e limites de contribuições da própria pesquisa. Segundo Marconi e Lakatos (1996), tem como finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo que já foi escrito, propiciando que o tema seja visto sob novo enfoque e abordagem, chegando a conclusões inovadoras. Momento este que considero essencial; diga-se de passagem; foi o momento chave, no qual foi possível mergulhar na literatura pertinente à temática e selecionar os autores, livros, artigos científicos, publicações, dissertações e teses que serviriam como fontes de consulta e, ainda, por ter possibilitado a delimitação do campo de estudo e o desprezo de tudo o que não serviria à pesquisa. Também foi intenso, pois exigiu concentração, dedicação, disciplina e motivação, que em meio as tantas vestes – filha, mãe, estudante, pesquisadora e coordenadora pedagógica - foi tornando a caminhada turbulenta, mas serviram como impulsionadores para focar no objetivo almejado.

Dessa forma, dialoguei com Paulo Freire (1987), para discutir os conceitos de *autonomia*, *críticidade* e *dialogicidade* como valores fundamentais do PPP; Cury (2002), para discutir o *direito à educação* e *gestão democrática*; Di Pierro (2001) e Bonetti (2007) para compreender melhor o conceito de *políticas públicas*; Paiva (2009) para tratar da *política educacional em EJA* e *propostas/projetos pedagógicos*; Beisiegel (1997) para compreender a *história da alfabetização de jovens e adultos* e *os direitos à educação*; Gadotti (2009) com a discussão de *políticas e práticas pedagógicas*; Haddad (2000) quem apresenta elementos do *perfil dos educandos da EJA* e o *processo de escolarização*; Veiga (2009), quem reflete sobre a *construção do PPP* e a *organização do trabalho pedagógico da escola em geral*; e Vasconcellos (2006), quem identifica o *PPP como um instrumento de transformação das práticas pedagógicas*. Para além de conceituar e explicitar os sentidos sobre o PPP, fez-se necessário contextualizar como a Educação de Jovens e Adultos acontece na Rede Municipal de Ensino de Salvador.

Outra estratégia adotada foi a pesquisa documental. Para Ludke e André (1986), são considerados documentos: as leis, as normas, os regulamentos, pareceres, arquivos escolares, autobiografias, cartas, entre outros. Nessa pesquisa, discuti, também, a legislação que norteia as ações da EJA, tais como: a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (1998), a Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (2007), as Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos (2000), o Plano Nacional de Educação (2001 - 2014), o Plano Municipal de Educação (2010), as Resoluções e Pareceres do CNE (2000 - 2010) e Resoluções do CME (2007 e 2010), com a finalidade de compreender o percurso histórico de marginalização, reivindicação, lutas sociais e conquistas traçadas em direção à garantia do direito a uma educação de qualidade, bem como ampliar a compreensão do objeto de estudo Projeto Político Pedagógico da EJA na Rede Municipal de Ensino em Salvador, buscando entender o contexto da elaboração do PPP e as proposições deste documento na escola.

As autoras ainda caracterizam a pesquisa documental como uma importante técnica de abordagem de dados qualitativos, tanto para complementar as informações

obtidas por outras técnicas, como para desvelar aspectos novos de um tema ou problema. Para Ludke e André (1986), os documentos, além de ser uma fonte estável e rica, servem de base a diferentes estudos, proporcionando uma estabilidade aos resultados obtidos.

Dentre as direções traçadas nessa pesquisa, estar com os sujeitos da Secretaria Municipal de Educação e das escolas; e a análise dos documentos fora de suma importância para o entendimento da relação teoria e prática, bem como os significados e contextos que estão inseridos. Para Bogdan e Biklen (1994, p. 51),

O processo de condução de investigação qualitativa reflete uma espécie de diálogo entre o investigador e os respectivos sujeitos ao estabelecerem estratégias e procedimentos que permitem considerar as experiências e o ponto de vista do informador.

Assim, a pesquisa qualitativa buscou a compreensão do fato social, com base na compreensão dos seus sujeitos por meio da participação em suas vidas, ou seja, o pesquisador precisa tentar compreender o significado que os outros dão as suas próprias situações e, desta forma, compreender a realidade com toda subjetividade oriunda de cada grupo/instituição investigado.

Dessa maneira, para se alcançar as finalidades previstas na pesquisa, um dos caminhos percorridos foram os critérios de escolha do campo empírico, pois é fundamental que o processo de produção de dados seja realizado a partir de fonte direta, ou seja, com sujeitos que vivenciaram ou tem conhecimento sobre o PPP da EJA da Rede Municipal de Ensino de Salvador e escolas que atendem turmas de Educação de Jovens e Adultos, dado o objeto de estudo.

De acordo com Marconi e Lakatos (1996), a pesquisa de campo é uma fase que é realizada após os estudos bibliográficos, para que o pesquisador tenha um bom conhecimento sobre o assunto, pois é nesta etapa que ele vai definir os objetivos da pesquisa, as hipóteses, definir qual é o meio de produção de dados e a metodologia desenvolvida. Assim, a pesquisa envolveu 03 unidades escolares integrantes da GRE Cabula que atendem ao Ensino Fundamental I da Educação Básica, subdividido em 03 anos e são denominadas de EJA I e em Tempo de Aprendizagem I, II e III, sendo o TAP I o ano específico para Alfabetização dos jovens e adultos.

Estabelecidos os critérios em relação às escolas, passei à escolha dos sujeitos: 03 Técnicos da Secretaria Municipal de Educação que participaram do processo de

formação no ano de 2010 que resultou na elaboração e publicação do PPP da EJA da Rede Municipal de Ensino de Salvador no ano de 2012; 03 Gestores e 03 Coordenadores Pedagógicos das escolas da Rede para saber como entendem o PPP da EJA e suas contribuições no processo da gestão escolar. Para validar as escolhas realizadas e a aceitação dos sujeitos como participantes da pesquisa, fiz contato pessoalmente para convidá-los a participar do estudo, conforme Carta de Apresentação da Pesquisa (vide Apêndice A).

Após escolha do campo e dos sujeitos, fiz a definição de dispositivos para a construção dos dados. Assim, escolhi como um dos dispositivos a entrevista semiestruturada, pois esta oferece oportunidade para avaliar atitudes e condutas durante a conversa e oportuniza obter dados relevantes não encontrados em fontes documentais e por se tratar de um instrumento flexível para a produção de dados, a entrevista é definida por Haguette (1997, p. 86) como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. A entrevista como produção de dados sobre um determinado tema científico é a técnica mais utilizada e pertinente a um processo de trabalho de campo, pois, como fundamentam Bogdan e Biklen (1994, p. 134), “a entrevista consiste numa conversa intencional e é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito”.

Para Ludke e André (1986), a garantia do sigilo das informações na situação de entrevistas é relevante e para manter o anonimato dos respondentes é necessário o uso de nomes fictícios. Dessa maneira, os participantes da pesquisa, com vistas à preservação das suas identidades, tiveram seus nomes substituídos. Como todos os respondentes são mulheres, assim como a grande maioria dos educandos da EJA são mulheres, estas serão identificadas com nomes de funções e/ou profissões desses estudantes. Cabe esclarecer que a escolha foi aleatória, sem estabelecer critérios, mas com a intenção de preservar o anonimato das depoentes.

As mulheres buscam na EJA, principalmente, a possibilidade de qualificação para a inserção no mercado de trabalho, a fim de melhorar as condições de vida e, também, como uma forma de superação e realização pessoal; além de ver, na busca de sua formação, uma alternativa para a construção de sua autonomia e elevação da auto-estima, pois estar na escola é inserir-se num espaço de socialização e ser valorizada enquanto sujeito. Assim, cada respondente foi

identificado por profissões de estudantes integrantes da EJA: Costureira, Bordadeira, Cabeleleira, Lavadeira, Passadeira, Merendeira, Porteira e Faxineira.

As entrevistas foram realizadas com 03 (três) Técnicos da Secretaria Municipal de Educação - SMED e com 02 (dois) Gestores das escolas que ofertam a modalidade da Educação de Jovens e Adultos da Gerência Regional do Cabula, de forma individual com um roteiro previamente elaborado (vide Apêndice B e C). As entrevistas foram gravadas para subsidiar o processo do estudo e delinear os achados da pesquisa. Para além da gravação, fiz anotações das passagens, ideias, palpites e do contexto o qual foi realizada a entrevista.

Desse modo, com essa técnica, pretendi que os sujeitos investigados tivessem a possibilidade de posicionar-se sobre o tema proposto, sendo uma das suas vantagens o fato de possibilitar ao pesquisador delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para a temática, intervindo a fim de que os objetivos fossem alcançados. Outra característica apontada como vantagem é o fato de permitir ao pesquisador perceber determinados sinais não verbais como gestos, acenos de cabeça, olhares, posturas, dentre outros aspectos, o que facilita e permite tecer uma relação entre os aspectos subliminares e o discurso reiterado.

Além das entrevistas, como estratégia para a pesquisa, dialoguei com três Coordenadoras Pedagógicas, de Escolas diferentes, através da realização de quatro Oficinas Formativas sobre os elementos constitutivos do PPP e o processo de elaboração considerando três dimensões: técnica, política e social, bem como as contribuições do PPP da EJA na escola.

As Oficinas Formativas tiveram como objetivo um espaço para vivência, reflexão e construção de conhecimento, articulando teoria e prática no levantamento de pressupostos e estratégias que auxiliem as Unidades Escolares da Regional do Cabula que integram a Rede de Ensino de Salvador na elaboração do PPP que contemplem a EJA, considerando suas especificidades. Nesse contexto, Vieira e Volquind (2002, p. 11) dizem que,

[...] pode-se afirmar que se trata de uma forma de ensinar e aprender, mediante a realização de algo feito coletivamente. Salienta-se que oficina é uma modalidade de ação. Toda oficina necessita promover a investigação, a ação, a reflexão; combinar o trabalho individual e a tarefa socializada; garantir a unidade entre a teoria e a prática [...]

Assim, o principal objetivo das Oficinas Formativas foi, a partir de um diálogo coletivo, discutir com a Coordenação Pedagógica um referencial sobre Projeto Político Pedagógico – conceitos e sentidos, bem como características da EJA para oportunizar o processo de ação-reflexão-ação e posterior construção do PPP em suas unidades escolares. Ouvimos Bogdan e Biklen (1994, p. 70) para quem,

O objetivo dos investigadores qualitativos é o de melhor compreender o comportamento e experiência humana. Tentam compreender o processo mediante o qual as pessoas constroem significados e descrever em que consistem estes mesmos significados.

Neste sentido, a revisão de literatura, a análise documental, as notas de campo, as transcrições das entrevistas realizadas junto aos sujeitos da pesquisa - Técnicos SMED e Gestores - e das Oficinas Formativas com a Coordenação Pedagógica contribuíram com essa pesquisa e com a elaboração das Diretrizes que traçam pressupostos e/ou estratégias para a construção do PPP nas unidades escolares atendendo as legislações e referenciais teóricos que tratam as especificidades do público e do contexto dos sujeitos jovens e adultos.

Por possibilitar uma análise com base nas interpretações e inferências tiradas dos documentos, bem como a análise de um material verbal, rico e qualitativo das entrevistas (BARDIN, 2008). A análise do conteúdo das entrevistas semiestruturadas foi feita através de dimensões, buscando, traçar o perfil dos sujeitos da pesquisa – Técnicos, Gestores e Coordenadoras Pedagógicas -; captar as percepções de cada uma sobre o conceito de Projeto Político Pedagógico e, conjuntamente, com as observações do campo, sobre o PPP de EJA da Rede Municipal de Salvador.

Como já afirmado no início desse caminho, pesquisar em Educação tem uma intenção e essa pesquisa propôs obter e produzir conhecimentos, atribuindo sentidos e significados a partir da análise do Projeto Político Pedagógico da Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino de Salvador. Essa análise permitiu elencar as estratégias discutidas ao longo das oficinas formativas, que servirão de base para os sujeitos nas unidades escolares organizarem o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico que contemplem a modalidade educativa da Educação de Jovens e Adultos.

O Caminhar no Campo da Pesquisa

A pesquisa de campo ocorreu nas seguintes etapas: solicitação de autorização junto a SMED para desenvolvimento da pesquisa, seguida de contato inicial por telefone com os sujeitos a serem investigados; encontros com Técnicos e Gestores para a realização de entrevista gravada; e a realização de Oficinas Formativas com os Coordenadores Pedagógicos. A seguir, apresento as etapas da pesquisa intencionando descrever de forma didática os passos dados até a conclusão dos dados para posterior análise.

Os sujeitos da pesquisa são colegas de trabalho; assim, durante os acompanhamentos as escolas e em reuniões na SMED no decorrer de 2015 foi possível perceber indicativos sobre o PPP de EJA, bem como sobre os PPP das Escolas, seus entraves e as possibilidades. Assim, logo percebi as diversas opiniões. Foi quando tive a oportunidade para informar que estava desenvolvendo uma pesquisa de mestrado sobre a temática e entraria em contato em outro momento para realização de Entrevista e de Oficinas Formativas sobre PPP.

As entrevistas aconteceram entre os meses de janeiro e março de 2016. No dia e hora marcados decididos em comum acordo. Conversamos antes, mostrei a Carta de Apresentação da Pesquisa (Apêndice A) e expliquei, mais uma vez, sobre o que se tratava a pesquisa. As respostas foram gravadas e houve entrosamento, talvez, por estarem retomando um tema tão importante que contribui diretamente na qualidade da educação das escolas, em especial as instituições que atuam com a Educação de Jovens e Adultos.

As Oficinas Formativas com as Coordenadoras Pedagógicas aconteceram no mês de abril de 2015 em uma das Unidades Escolares da Regional do Cabula. Antes de iniciar as oficinas, apresentei o Planejamento (Anexo I) e decidimos as datas de realização. Expliquei os objetivos da oficina e da pesquisa, enfatizando a necessidade de registros e gravações das discussões, para fins de análise, comprometendo-nos a assegurar o anonimato das pessoas que aceitaram o convite para participar da pesquisa e das oficinas

Na fase de compilação dos dados produzidos, - transcrições das entrevistas e das oficinas, e os registros feitos - organizei as informações de forma a compor um

universo de dados fornecidos pelas participantes para, posteriormente, serem interpretados. É importante mencionar que nessa pesquisa a ação analítica sobre os dados permeou todo o período da investigação. Não se tratou de um momento pontual que ocorreu, apenas, na finalização da produção de dados; mas, sim, que se constituiu desde o início, apesar de compreender que o momento da análise da investigação, propriamente dita, acontece após o encerramento da produção de dados.

Nessa perspectiva, a fase da transcrição dos áudios que levou a elaboração do banco de dados da pesquisa foi precedida de forma criteriosa onde procurei me ater às respostas que de fato respondessem aos objetivos da pesquisa e questionamentos levantados oriundos da problemática, como também dos registros feitos. Para Ludke e André, (1986, p. 36)

Não é possível aceitar plena e simplesmente o discurso verbalizado como expressão da verdade ou mesmo do pensa ou sente o entrevistado. É preciso analisar e interpretar esse discurso à luz de toda aquela linguagem mais geral e depois confrontá-lo com outras informações da pesquisa e dados sobre o informante.

Dessa maneira, foi necessário realizar alguns recortes na descrição das falas com o intuito de promover maior compreensão sobre o que estava sendo explicitado pelos sujeitos da pesquisa.

É importante mencionar que também utilizei da descrição subjetiva dos dados encontrados que perpassou pela minha sensibilidade enquanto pesquisadora e da minha experiência profissional, o que facilitou as análises e a percepção de indícios, evidências que muitas vezes foram expressos por meio de uma mensagem subliminar e ocultos de forma dispersa ora nas falas, ora na postura dos entrevistados. Ludke e André (1986, p. 5) definem que o papel do pesquisador numa pesquisa “é servir como veículo inteligente e ativo entre o conhecimento acumulado e as novas evidências que são estabelecidas a partir da pesquisa”.

Cabe, portanto, reiterar a considerável aproximação entre este e o objeto de estudo por conta de ser Coordenadora Pedagógica imersa no contexto da problemática aqui analisada, em seu cotidiano de trabalho.

A Pesquisa e seus achados

O interesse em desvelar a participação da comunidade escolar na proposição e elaboração do PPP da EJA da Rede Municipal de Ensino de Salvador, e por perceber certo estranhamento na prática educativa no acompanhamento pedagógico que realizo em Unidades Escolares que atendem à EJA, originou essa pesquisa. Assim, as impressões da minha prática profissional, o aporte teórico apresentado nos capítulos anteriores, as entrevistas semiestruturadas e as oficinas pedagógicas contribuíram para composição dos dados e análise.

Para atender aos objetivos propostos nessa pesquisa, o dispositivo da entrevista semiestruturada foi respondido por sujeitos que escolhi de acordo com o desenvolvimento da pesquisa, essa escolha se deu entre Técnicos da SMED que participaram da elaboração do PPP de EJA da Rede Municipal e Gestores que atuam em Unidades Escolares que atendem a modalidade educativa EJA. Ressalto que, a definição em restringir as entrevistas apenas a Técnicos e Gestores não são por considerar que estes tenham maior ou menor responsabilidade em elaborar PPP, mas por perceber que seria a escolha adequada para identificar como se deu a participação e elaboração do PPP de EJA da Rede Municipal de Ensino de Salvador. Outro dispositivo utilizado foram as Oficinas Formativas com a participação de Coordenadoras Pedagógicas de Escolas da Regional do Cabula que atuam com a Educação de Jovens e Adultos. Destaco que, nessas Oficinas foi possível o diálogo e o levantamento de estratégias para elaboração e adequação de PPP nas Escolas.

Para apresentar as análises dos dados, procurei sistematizar e entrelaçar os achados da pesquisa sob a forma de dimensões. As dimensões de análise foram estabelecidas, amparadas na estrutura teórica da pesquisa e a partir dos objetivos traçados, após análise do PPP de EJA da Rede Municipal, bem como da pesquisa de campo - Entrevistas com Técnicos da Secretaria Municipal de Educação e Gestores de Unidades Escolares e Oficinas Formativas com Coordenadoras Pedagógicas das Escolas que ofertam a Educação de Jovens e Adultos.

Sendo assim, três dimensões emergiram: Memória do PPP da EJA; Gestão do PPP na EJA; Gestão e Desenvolvimento do PPP na EJA. Cada uma delas permitiu

produzir uma reflexão que, no conjunto das dimensões, é uma leitura do lugar dos sujeitos da pesquisa junto ao Projeto Político Pedagógico da EJA. Essa construção retoma os conceitos, sentidos e possibilidades do PPP, a modalidade educativa da Educação de Jovens e Adultos, bem como o direito à educação de qualidade. No Quadro 1, podemos ver as intenções da pesquisa com cada uma dessas dimensões.

QUADRO 1 – Dimensões de Análise da Pesquisa

Dimensões identificadas a partir das Entrevistas e das Oficinas		
– questões problematizadoras		
<p style="text-align: center;">Memória do PPP da EJA <i>Institucionalização</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Qual sua participação no PPP da EJA da Rede Municipal de Ensino? - Quem mais participou desta construção? - Como foi construir o PPP da EJA da Rede Municipal de Ensino? - Qual foi o maior foco de discussão durante a elaboração? - Comente sobre elementos que contribuem e/ou dificultam a manutenção e/ou continuidade do PPP da EJA nas Unidades Escolares. - Como entende o PPP da EJA da Rede Municipal de Ensino de Salvador? 	<p style="text-align: center;">Gestão do PPP na EJA <i>Gestão Escolar</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - O PPP colabora com a função social da escola? Como? - Comente as considerações do PPP como instrumento de organização e gestão escolar. - O PPP contribui no desenvolvimento das ações administrativas e financeiras da escola? Como e em que sentido? - Você já participou de algum processo de elaboração de PPP? Comente brevemente. - Descreva a relação do Processo de Planejamento com a eficiência da escola nas suas diferentes dimensões: desempenho do aluno, da gestão, da valorização dos professores. 	<p style="text-align: center;">Desenvolvimento do PPP na EJA <i>Gestão Pedagógica</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - A escola possui PPP? Foi elaborado coletivamente? Qual o lugar dado à EJA neste PPP? - O PPP é consultado no decorrer do ano letivo? Em quais circunstâncias? - O PPP é necessário? Por quê?

Fonte: Organizado pela Autora, 2016.

A partir das questões da primeira dimensão, foi possível analisar o PPP de EJA da Rede Municipal de Salvador, resgatando a memória das vivências das partícipes na elaboração do documento, buscando identificar como se deu esse processo. Na segunda dimensão, intentei compreender a função social da escola, os princípios do PPP para organização e gestão escolar. Na terceira dimensão, explicito sobre o fazer do PPP nas Unidades Escolares, o perfil dos educandos, a formação dos educadores e a gestão pedagógica na educação de jovens e adultos.

Acredito que um dos objetivos da pesquisa científica seja abrir caminhos para estudos posteriores. Dessa forma, em outros momentos, os outros segmentos não abordados nesta pesquisa possam participar de outras investigações que respondam as dificuldades vivenciadas por toda comunidade educativa para a elaboração do PPP. A tabela 2 retrata de forma sintetizada a identificação dos sujeitos em relação ao período que estes têm de serviço na SMED e na Educação de Jovens e Adultos, bem como o tempo de Gestão nas Instituições.

TABELA 2 – Identificação Sujeitos da Pesquisa

Sujeitos	Formação	Tempo na SMED	Tempo na EJA	Tempo na Gestão em Unidade Escolar
Costureira	Pedagoga, Mestre em Educação	21 anos	21 anos	04 anos
Cabeleleira	Licenciada em Filosofia com Pós Graduação	08 anos	08 anos	–
Bordadeira	Pedagoga, Mestre em Educação	13 anos	13 anos	–
Lavadeira	Pedagoga com Pós Graduação	13 anos	09 anos	06 anos
Passadeira	Pedagoga com Pós Graduação	15 anos	07 anos	02 anos
Merendeira	Pedagoga com Pós Graduação	09 anos	09 anos	–
Porteira	Pedagoga com Pós Graduação	12 anos	12 anos	–
Faxineira	Pedagoga, Mestre em Filosofia	03 anos	03 anos	–

Fonte: Elaborado pela Autora, 2016.

Trago a questão do tempo de atuação na Educação de Jovens e Adultos, por entender que, para vivenciar e trabalhar na EJA é necessário um conhecimento e aprofundamento das questões que emergem nessa modalidade. Cabe ressaltar, então, que apenas um dos sujeitos teve uma imersão na EJA em diversos papéis, sendo professor, gestor e Técnico na Coordenação da Educação de Jovens e Adultos na SMED. Segundo ela,

Saí da sala de aula, que é o executor das políticas públicas, e fui para o lugar de elaboração e criação das políticas públicas; uma inversão muito grande de atuação. Eu, nessa época, tinha um sonho muito grande, eu acreditava que era possível fazer muitas coisas, bastava os documentos, pensar e discutir as proposições

pedagógicas, o currículo; e isso já seria um ganho, um avanço. Hoje, a leitura que faço é que não basta só isso, mas também isso diante das realidades que se impõem as classes de EJA. (Costureira – Relato Oral, 2016)

Corroborando com esse relato, Dourado (2007, p. 922) diz que,

A discussão sobre tais políticas [EJA] articula-se a processos mais amplos do que a dinâmica intra-escolar, sem negligenciar, nesse percurso, a real importância do papel social da escola e dos processos relativos à organização, cultura e gestão intrínsecos a ela.

Outro fator a ser considerado em relação ao tempo dos sujeitos da pesquisa na EJA é a nova LDB nº 9.394/96 que apresenta a EJA enquanto modalidade educativa. Essa mudança significou a reafirmação da sua institucionalização, veio substituir o termo ensino supletivo e trouxe uma concepção mais abrangente à compreensão do que pode ser o atendimento ao público jovem, adulto e idoso; porém, no município de Salvador, a Educação de Jovens e Adultos não era regulamentada, seu funcionamento até o ano de 2001 se deu como ensino fundamental noturno. Segundo a depoente,

Não tinha política de formação, tudo era voltado para educação das crianças. A noite tinha limitações. Esse período não era assumido pela SMED, era ensino fundamental noturno, sem livros didáticos e ficava de fora da política nacional de EJA. (Costureira – Relato Oral, 2016)

O tempo de inserção na Educação de Jovens e Adultos deveria ser visto de forma positiva, mas o que vivenciamos, hoje, na rede é que esse tempo não quer dizer estar totalmente preparado teoricamente para a compreensão das especificidades dessa modalidade. Entre as razões para tal cuidado, pode-se destacar o fato de que a escola que trabalha com essa modalidade da educação básica atende, em geral, a pessoas que nunca tiveram acesso à educação sistematizada ou não conseguiram concluir os estudos. Dessa maneira, a EJA tem se constituído, nos últimos anos, um campo estratégico para fazer frente à exclusão e desigualdade social e, se observarmos a LDB nº 9.394/96 e o Parecer CEB 11/2000, percebemos que essa modalidade tem pretensões de assumir contornos que transbordam os limites do processo de escolarização formal ao abarcar aprendizagens realizadas em diversos âmbitos.

Dourado (2007, p. 922) enfatiza que,

É fundamental não perder de vista que o processo educativo é mediado pelo contexto sociocultural, pelas condições em que se efetiva o ensino-aprendizagem, pelos aspectos organizacionais e, conseqüentemente, pela dinâmica com que se constrói o projeto político-pedagógico e se materializam os processos de organização e gestão da educação básica.

Baseada na legislação da educação, de acordo com a LDB nº 9.394/96, todas as unidades de ensino devem construir seu Projeto Político Pedagógico, visto que este é um instrumento que estabelece objetivos, valores, missão e finalidades da escola, possibilitando condições para o desenvolvimento coletivo de ações que assegurem a melhoria na qualidade da educação oferecida pela escola à comunidade.

Dessa maneira, para discutir e entender a dinâmica de construção do PPP, antes de apresentar as dimensões encontradas na análise, enfatizo uma das questões centrais da pesquisa bibliográfica e de campo com os Técnicos da SMED, Gestores e Coordenadoras Pedagógicas das Unidades Escolares, a saber, sobre o conceito e finalidade do PPP. Nesse sentido, retomo alguns conceitos discutidos no capítulo *Projeto Político Pedagógico: caminhos e sentidos*, bem como apresento algumas falas dos sujeitos da pesquisa.

Para Veiga (2009), o PPP é uma ação intencional, com sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Busca um rumo, uma direção. É um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade. É um produto específico que reflete a realidade da escola, situada em um contexto mais amplo que a influencia e que pode ser por ela influenciado. Em suma, é um instrumento clarificador da ação educativa da escola em sua totalidade.

Vasconcellos (1995) diz que o PPP é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação. Envolve uma construção coletiva de conhecimento. É um instrumento para intervenção e mudança da realidade.

Partindo desse entendimento e ratificando as definições apresentadas pelos teóricos, identificamos alguns conceitos,

Indica a direção a seguir para gestores, professores, funcionários, alunos e famílias. Precisa ser completo o suficiente para não deixar dúvidas sobre essa direção e flexível o bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos, a quem principalmente é destinado. (Lavadeira – Relato Oral, 2016)

É um projeto, plano de trabalho onde (sic) tem a participação da comunidade escolar, que são: pais, familiares, professores, alunos e funcionários. (...) ele não pode ser algo escrito e guardado, ele tem que ser apresentado a quem chega, feito uma releitura pra quem já está e para garantir que seja feito a cada período uma inovação, uma alteração garantindo sugestões e que a prática seja constante. (Cabeleleira – Relato Oral, 2016)

Dessa maneira, o Projeto Político Pedagógico é um processo permanente de reflexão, de discussão e participação sobre os problemas da escola, possibilitando uma vivência democrática ao contar com a participação de todos os membros da comunidade. Nele organiza-se o trabalho pedagógico e define objetivos para superar conflitos no interior da escola e diminuir os efeitos da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão no âmbito das instituições.

Romão e Padilha (1998) tratam o PPP como sendo parte essencial da reflexão sobre como realizar e organizar o trabalho escolar. Significa encarar, de frente, os problemas dessa instituição e do sistema educacional, compreendendo as relações institucionais, interpessoais e profissionais neles presentes; avaliando e ampliando a participação de diferentes atores em sua administração e em sua gestão; assumindo a escola como instância social de contradições que propiciam o debate construtivo e, sobretudo, enquanto entidade que tem por principal missão propiciar aprendizagens e formar cidadãos. Vejamos mais um relato de uma partícipe da pesquisa,

[...] Concepção muito pessoal que tenho construído ao longo da vida, pensar em projeto é pensar em algo para o futuro – projetar o que eu tenho e o que eu quero ter, a escola que desejo. Ele é político porque

é uma tomada de decisão, um posicionamento que devemos ter diante do mundo, das pessoas, da escola, da educação e do homem. Que tipo de homem será formado, estou formando para ser oprimido ou opressor, e essa relação oprimido opressor ela representa o que dentro da sociedade. A gente precisa se posicionar primeiro diante dos elementos das relações humanas. Projeto pedagógico voltado para aprendizagem de pessoas, pessoas que são adultas, trabalhadoras, com saberes. Para além de um documento é pensar que escola é essa que eu quero com projetos para essas pessoas, não é um projeto de vida, mas que a traga a vida das pessoas para a escola. Considerar todo o universo que compõe uma vida, uma pessoa, em um espaço tão pequeno que é a escola diante da vida. Trazer esse universo da vida das pessoas para dentro do currículo escolar é um desafio para o PPP. Acredito que o PPP deve representar as expectativas e anseios daqueles aprendizes que querem ampliar esses conhecimentos que já trazem; ampliar para além do que eles já sabem dentro do espaço escolar. Perspectiva de como a educação é pensada e projetada para essas pessoas. (Costureira – Relato Oral, 2016)

Assim, dentro do que foi exposto, até aqui, corroborando com as falas dos sujeitos da pesquisa e dos autores, considero, o Projeto Político Pedagógico um dispositivo de organização escolar que pode fortalecer a ação educativa na medida em que integra a comunidade educativa para refletir a realidade escolar e buscar alternativas de melhoria da educação. Importante destacar que, apesar de se constituir enquanto exigência normativa, o PPP é antes de tudo um instrumento ideológico, político, que visa, sobretudo, à gestão dos resultados de aprendizagem, através da projeção, da organização e acompanhamento de todo o universo escolar.

Memória do PPP da EJA - Institucionalização

A história da EJA em Salvador se adequou às novas diretrizes Federais, redefinindo as suas funções como orienta o Parecer CNE/CEB nº 11/2000. Assim, no ano de 2007, a Educação de Jovens e Adultos no município de Salvador era regulamentada, sua estrutura curricular propunha atender adolescentes a partir de 15 anos de idade, jovens, adultos e idosos, em escolas no turno noturno de forma semestral e, assim, ficou instituída a modalidade como Segmento da Educação de Jovens e Adultos. A EJA era oferecida através de SEJA I, com duração de dois anos equivalentes à integralização dos Anos Iniciais do Fundamental e SEJA II, também com duração de dois anos destinados à equivalência dos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Dessa forma, a modalidade foi organizada de forma a viabilizar a construção de experiências de apropriação e sistematização do conhecimento sobre a realidade, de modo a suscitar reflexões e desenvolvimento de habilidades de leitura, de escrita e do desenvolvimento de múltiplas competências linguísticas, como também, do pensamento lógico-matemático e das apropriações socioculturais.

Saliento que as Diretrizes Curriculares para EJA nesse período estão descritas no documento intitulado Salvador, *Cidade Educadora: novas perspectivas para a educação municipal*, que diz,

[...] a identidade do povo de Salvador constitui-se como processo de reconhecimento dos saberes intrínsecos à diversidade cultural e social dos sujeitos da EJA na formulação do projeto político pedagógico da escola a considerar: aprender a ser, organizar novas lógicas de economia solidária, incorporar ao seu fazer o uso das novas tecnologias da informação, potencializar as relações de qualificação para o mundo do trabalho, reconhecer os seus direitos como cidadão na perspectiva da formação do educando-trabalhador [...]. (SECULT⁴, 2008).

Conforme explicitado na pesquisa e segundo uma depoente,

Em 2007, diante das rupturas governamentais foi possível buscar junto à gestão o apoio financeiro para a implementação de uma política de EJA, com a Implantação da modalidade, formação de

⁴ Publicada em dezembro de 2012, no Diário Oficial do Município de Salvador, a Lei 8.376/2012, que em seu Art. 5º modifica as denominações e competências das Secretarias, inciso III - da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para Secretaria Municipal da Educação, que passa a desempenhar as funções do Município em matéria de educação, esporte e lazer.

professores, produção de material – atacar as três dimensões – currículo, formação de professores e a prática pedagógica na sala de aula para esses sujeitos jovens adultos e idosos. (Costureira – Relato Oral, 2016)

O Plano Municipal de Educação, publicado pela Lei nº 7.791/2010, tem a competência de formular políticas para a organização e o fortalecimento dos sistemas de ensino, como também delinea as metas e os caminhos, definindo os objetivos e as diretrizes para dar ênfase à qualidade da educação. Assim, estabelece diretrizes para a EJA, dentre as quais explicita que,

A Educação de Jovens e Adultos se constitui numa modalidade da Educação Básica com estrutura, finalidades e funções específicas que deve ser pensada a partir de um **modelo pedagógico próprio, com** caráter de educação permanente, tendo como objetivo criar situações pedagógicas apropriadas para atender aos tempos, saberes, experiências e aprendizagens dos sujeitos jovens, adultos e idosos e a diversidade sócio-cultural do Município de Salvador, espaço catalisador de diferentes etnias.

Função reparadora (pela restauração do direito ao acesso a uma escola de qualidade, não oportunizado na idade própria).

Função equalizadora (pela ampliação de oportunidades para restabelecer a trajetória escolar aos jovens e adultos que tiveram limitado o acesso ao bem social da educação na infância e na adolescência).

Função qualificadora (pela oferta de oportunidades escolares e não escolares aos jovens e adultos para sua atualização e qualificação permanente).

Assegurar a formação continuada e permanente para os profissionais da educação, nas modalidades presenciais e a distância. (SECULT, 2010, p. 74).

De acordo com as diretrizes apresentadas no PME e para seu cumprimento alguns objetivos e metas foram estabelecidos. Assim, destaco dois:

1. Firmar parcerias com as instituições de ensino superior para produção de material didático de pesquisa e avaliação dos processos educativos formais para EJA nos dois primeiros anos de vigência desse Plano.

2. Elaborar propostas metodológicas específicas para o atendimento às necessidades dos educandos na apropriação dos conhecimentos, habilidades, competências e tecnologias, reconhecendo dos sujeitos de EJA em diferentes idades e épocas da vida e de sua historicidade. (SECULT, 2010, p. 75)

Diante desse contexto, no ano de 2010, foi firmada uma parceria com o Instituto Paulo Freire – IPF - para formação dos profissionais de educação – Coordenadores Pedagógicos e Professores que atuavam na EJA. Essa formação durou dois anos e visou à construção de uma Proposta Pedagógica para a Educação de Jovens e

Adultos que contemplasse as especificidades do público e contribuísse com as transformações na prática educativa.

Minha participação se deu desde o Planejamento junto ao IPF nas ações de formação e elaboração do PPP, no acompanhamento das formações, na revisão dos textos a partir das contribuições dos docentes feitas nas formações e culminou no acompanhamento de ações de implantação desse documento denominado de PPP de EJA nas escolas municipais de Salvador. (Bordadeira - Relato oral, 2016)

Como subsídios para o processo formativo, foram construídos, também, quatro Cadernos de Formação (SECULT, IPF, 2012) com referenciais teórico-práticos na perspectiva da consolidação de uma escola pública de qualidade. Os Cadernos foram, assim, denominados: EJA e Contemporaneidade; EJA e Diversidade; O Currículo na EJA e Orientações para a Gestão dos processos educativos na EJA. Assim, em 2012, deu-se por encerrada as formações e foi entregue a cada Unidade Escolar, o documento intitulado Projeto Político Pedagógico da Educação de Jovens e Adultos. Os relatos a seguir indicam como ocorreram as formações e seus resultados.

Essas formações que deram os insumos para a produção dos documentos, então produzimos 04 cadernos, cada caderno com uma temática para a EJA e o Projeto Político Pedagógico. Então, eram os insumos da plataforma online, das discussões nas salas de aula, porque tinham atividades que foram pensadas exatamente para a coleta de informações e dados; aí o Instituto Paulo Freire ia escrevendo e discutindo com os professores na plataforma. (Costureira – Relato Oral, 2016)

Pra formação que finalizou com a produção do PPP e de quatro cadernos temáticos, nós tivemos todas as coordenadoras regionais que na época eram da CRE; tivemos também a participação dos professores em momentos de palestras (presencial) e com a formação à distância. Nós tivemos o apoio total na época da gestão da SMED que deu toda estrutura para organizar as palestras, convidar as pessoas que eram indicadas como importantes para ter uma fala junto aos professores. E não podemos negar que se não

fosse o profissional que estava na escola o trabalho não teria sido feito. O grande mérito foi dos professores e coordenadores. (Cabeleleira – Relato Oral, 2016)

Ficou evidenciado que, dos sujeitos dessa pesquisa, apenas, cinco pessoas participaram desse processo formativo que resultou no PPP de EJA da Rede Municipal. Conforme relatos, a construção deste foi um processo coletivo. Mas uma construção coletiva não na sua totalidade, com todos os professores, todos os coordenadores. Ela foi por etapa envolvendo representações destes, mediante grupos de trabalho que foram criados para o desenvolvimento das discussões e do processo formativo em si. Segundo relatos,

Mesmo sendo feito uma formação com a participação de Professores e Coordenadores Pedagógicos de forma representativa, alguns professores da unidade escolar [onde] trabalho diz que não se vêem no documento denominado PPP da EJA. (Porteira – Relato Oral, 2016)

Pra mim foi importante quando eu vejo meu nome incluído nesse trabalho, não foi à toa. Considero que minha participação se deu em dois tempos, primeiro, como técnica da secretaria no acompanhamento, coordenação das discussões para garantir a formação; e no segundo momento, participando em sala de aula trazendo contribuições e respeitando as opiniões de quem estava em unidades escolares. Mas acredito que a minha maior colaboração tenha sido muito mais de ouvinte, respeitando o que as escolas falavam e também os coordenadores (...) é uma EJA antes da formação e depois da formação em 2011. (Cabeleleira – Relato Oral, 2016)

Constatei que, no decorrer das formações com o Instituto Paulo Freire, diversas temáticas foram discutidas e atividades desenvolvidas junto à comunidade escolar, criando condições para que os atores da escola pudessem expressar-se. Desta forma, o PPP de EJA da Rede Municipal de Ensino de Salvador foi construído dialogicamente por meio da formação continuada e contém conteúdos que mantêm entre si relação de interdependência. Segundo Nascimento e Costa (2012, p. 17-18), o PPP está organizado conforme verificado na síntese a seguir.

1. Introdução – Nesta parte, você encontrará a articulação entre o PPP da EJA-Salvador e os documentos da VI Confinteal (Conferência Internacional de Educação de Adultos) e os marcos legais nacionais e internacionais.
2. Procedimentos metodológicos – Nesta parte, você fará um diálogo mais intenso com a abordagem interdisciplinar nas salas de aula do Seja I e II, como necessidade das práticas pedagógicas desenvolvidas na EJA-Salvador.
3. Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos – Aqui você poderá observar um pouco da realidade nacional em relação às taxas de analfabetismo e algumas iniciativas para enfrentar o problema e reparar a dívida social com os não alfabetizados e a política da Secult (Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer) para a EJA-Salvador.
4. Sujeitos da EJA – É o momento em que você terá a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre os educandos que frequentam as salas de aula da EJA no Brasil e em Salvador; como essa parcela da população tem sido tratada pelo poder público e pelos setores dominantes do País e como a Secult tem trabalhado com este segmento por meio de suas políticas educacionais. Encontrará também a descrição do processo da Educação continuada e vivenciada em Salvador.
5. A dimensão ECO do Projeto – É nesta parte que você lerá sobre a articulação e consonância entre os aspectos da sustentabilidade e as práticas desenvolvidas nas salas de aula da EJA-Salvador e a indissociabilidade entre elas. A dimensão ECO amplia a concepção de educação no sentido da cidadania planetária e do desenvolvimento sustentável.
6. Currículo da EJA – É a parte na qual você poderá entender um pouco mais sobre a concepção de currículo desta proposta, sua relação com as diretrizes do MEC e a vinculação com a realidade desses educandos, como forma de atender a seus desejos e necessidades na perspectiva do conhecimento da realidade e a possibilidade de transformá-la.
7. Gestão das aprendizagens – Trata-se aqui de apresentar possibilidades de se trabalhar com os conhecimentos dos educandos em relação à alfabetização e letramento, aos conhecimentos matemáticos e à formação de leitores e produtores de texto, numa perspectiva interdisciplinar, entendendo o conhecimento como totalidade articulada pelos conhecimentos das diferentes áreas.
8. Avaliação emancipatória – [...] a concepção de avaliação orienta as práticas avaliativas (periodicidade, instrumentos e procedimentos), mediadas pelo diálogo e pela perspectiva libertadora.

O relato a seguir enfatiza sobre as temáticas discutidas e tratadas no PPP,

O PPP depois de finalizado foi feito algumas temáticas, tipo: sujeitos da EJA, metodologia e estratégias, gestão da aprendizagem, educação e questão ambiental, todos os aspectos foram importantes. (Cabeleleira – Relato Oral, 2016)

Com relação ao processo de elaboração do PPP, saliento que uma versão preliminar do documento foi entregue a cada Unidade Escolar para análise e contribuições de todos os inseridos na EJA, na perspectiva de que mais pessoas que lidam com essa modalidade contribuíssem com as discussões, criando condições para que os atores da escola pudessem, naquele momento, expressar-se sobre o documento. As contribuições foram encaminhadas às CRE sendo sistematizadas e, por fim, à Coordenadoria de Ensino e Apoio Pedagógico para que pudessem ser incorporadas neste documento e entregues ao IPF para redação final. Cabe aqui destacar que apesar da proposta levar em consideração o que apontam os teóricos em relação à participação de todos os membros da comunidade escolar na construção do PPP da EJA da Rede Municipal de Ensino de Salvador não teve a participação direta dos educandos. Segundo Nascimento e Costa (2012),

Este documento foi construído dialogicamente com a rede, por meio da educação continuada que aconteceu em 2010 e 2011: das formações presenciais, da formação a distância e das palestras realizadas pelo Instituto Paulo Freire em que representantes das Unidades Educacionais participaram.

Enfatizando o exposto, apresento mais um relato da pesquisa,

A idéia era uma construção coletiva, os professores deveriam na formação fazer os diálogos e os encaminhamentos. Na proposta do Instituto Paulo Freire eles tinham os debates, os textos e que era pra ser discutido na escola e tinha a plataforma, que era um local onde todos os professores poderiam participar. Tinham atividades para ser desenvolvidas com os alunos pra alimentar a plataforma, só que eu penso hoje que a gente se perdeu um pouco nesse movimento. O movimento é grande e ele foi pensado, planejado e testado, mas uma coisa é você botar tudo no papel e outra coisa é você operacionalizar na rotina da escola, na vida e na realidade da rede municipal. (Costureira – Relato Oral, 2016)

O objetivo desse Documento intitulado Projeto Político Pedagógico da Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino de Salvador é contribuir na elaboração do PPP de cada Unidade Escolar que ofertam essa modalidade. Porém, em relação à execução deste PPP nas Unidades Escolares, os dados demonstraram que ele é um documento que foi entregue naquela época nas escolas e não é do conhecimento de todos os membros da comunidade escolar. Alguns possuem uma

concepção de sua importância na organização do trabalho escolar e no desenvolvimento de práticas com os educandos jovens, adultos e idosos. Conforme explicitado na pesquisa, uma das partícipes

Entende que este documento propõe um sistema educacional mais flexível para atender essa modalidade. (Lavadeira – Relato Oral, 2016)

Outra evidência percebida foi que, apesar do Documento existir na rede, não é feito o uso dentro dos espaços educativos no diálogo sobre a modalidade educativa. Outro ponto constatado foi sobre os procedimentos metodológicos constantes no PPP. Estes são, por vezes, desenvolvidos no cotidiano da escola integrados a outros instrumentos utilizados pela escola para o aprimoramento da prática pedagógica. Assim, o relato a seguir reforça o exposto,

Vejo como um Documento que propõe reflexões e dá um embasamento teórico, orientando o olhar dos envolvidos na EJA. No entanto, não se constitui num documento com características de PPP, uma vez que ele é um documento generalista e não apresenta, por exemplo, a proposta curricular, mas, apenas diretrizes curriculares. (Merendeira – Relato Oral, 2016)

Diante das análises realizadas, ratifico que a construção do PPP é uma ação que propõe metas e avanços, permitindo que a escola desempenhe seu papel, oportunizando o debate, o diálogo, a autonomia, incluindo-se no contexto local e reafirmando seu lugar enquanto escola pública que necessita organizar seu espaço na sua totalidade, primando pela formação dos cidadãos, pela dinâmica escolar, garantindo o processo ensino-aprendizagem e a efetividade do trabalho dentro e fora da sala de aula.

Assim, constatei que a EJA no Projeto Político Pedagógico deve ter características próprias, precisa ser uma ação consciente, coletiva e organizada. E a escola, neste lugar de construção do PPP, é o espaço da troca, do diálogo, da reflexão e, essencialmente, de ensinar e aprender. Dessa maneira, o PPP materializa-se como um Documento que planeja ações do processo educativo a serem desenvolvidas na escola, delinea objetivos, diretrizes e expressa a composição das requisições sociais e legais do sistema de ensino e as finalidades e perspectivas da comunidade escolar.

Gestão do PPP na EJA – Gestão Escolar

A gestão democrática está instituída no Artigo 206 da Constituição Federal, sendo fruto da democratização na luta de educadores e movimentos sociais organizados em defesa de um projeto de educação pública de qualidade. Desse modo, as escolas passaram a ter legitimidade para exercer a democratização da gestão enquanto possibilidade de melhoria do processo educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, na aplicação dos princípios da descentralização e da gestão democrática, definiu em seu Art. 15 que,

Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram, progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira. (BRASIL, 1996)

Nesse sentido, a Lei considera que os sistemas de ensino ao se organizarem devem ter como objetivo o resgate do compromisso das escolas e dos educadores com uma aprendizagem de qualidade dentro dos princípios de autonomia, flexibilidade e liberdade. Outro aspecto inovador trazido pela LDB foi delegar às escolas públicas competência para elaborar e executar seu próprio PPP. Portanto, cabe ao gestor escolar, em consonância com suas atribuições, o compromisso de coordenar e liderar de forma participativa esse processo, vivenciando, assim, uma gestão democrática.

Dessa maneira, pensar o trabalho coletivamente significa construir estratégias capazes de garantir que os obstáculos não se constituam em omissão, que as diferenças não sejam impeditivas da ação educativa coerente, responsável e transformadora. Ficou evidenciado que ainda temos muito a mudar nas práticas desse fazer PPP para que se tenha a participação coletiva nas escolas, conforme relatos,

Tem hora que precisa juntar todo mundo, que aí vemos a saia justa (sic). Alguns querem se responsabilizar e outros não. Quando se pensa no PPP para reconstruir, reelaborar o PPP, a primeira visão que passa na minha cabeça é professor e comunidade. Colocar essa comunidade participativa dentro da escola não é fácil. (Porteira – Relato Oral, 2016)

O envolvimento com as reflexões sobre PPP constitui tarefa não só da coordenação pedagógica, mas da instituição educacional como um todo. É preciso que a escola se empenhe nesse processo, apoiando, dando condições de tempo e de espaço para que a questão de elaboração do PPP nas escolas seja de fato concretizada e que seja um documento que não fique por anos sem atualizar, que faça parte das práticas. (Porteira – Merendeira, 2016)

Veiga (2009) considera a construção do PPP como um exercício da cidadania, no sentido de que promove a igualdade, a liberdade de expressão, a qualidade da educação e a valorização do magistério, configurando-se, assim, em uma gestão democrática. Nessa direção, o Documento assume um caráter verdadeiramente democrático por representar o desejo de uma comunidade e por isso construído com a participação coletiva.

A gestão democrática de uma escola pública é desenvolvida nas relações que são construídas de forma coletiva entre a equipe de gestão e demais membros da comunidade escolar através da participação destes na organização do trabalho. Segundo Bussmann (2001), vivenciar um processo de gestão democrática requer a participação desses atores que compõem a comunidade escolar: os professores, demais profissionais da educação, pais e alunos, nas ações decisórias conquistando novas práticas no espaço escolar. Dentre as diversas ações decisórias realizadas pela escola pública na prática de uma gestão democrática participativa, encontra-se a elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico (PPP). O PPP para uma partícipe da pesquisa,

É a Identidade da escola, a finalidade dele é de poder dar a cara da escola, deixar registrado como deve funcionar, o que deve priorizar para que se tenha um trabalho contínuo, não de um ano ou bimestre, mas algo que se possa ter o objetivo da escola e que isso possa ter continuidade ao longo de vários anos, mas ele deve ser revisto, reestruturado o que será trabalhado, diante de nova leis, diante das mudanças na sociedade e com a comunidade. (Passadeira – Relato Oral, 2016)

Nesse sentido, Veiga (2009) afirma que o PPP deve estabelecer uma reflexão permanente das finalidades da escola, ou seja, seu papel social, seus caminhos, a operacionalização das ações previstas e desenvolvidas por todos. Dessa forma, é

importante que a escola conheça o perfil de seus educandos, como também os mais relevantes problemas da comunidade em que ela está inserida para propor de maneira coletiva ações reais e, a partir do compromisso e responsabilidade assumidos com a comunidade, estará discutindo de uma forma clara seus valores, definindo suas prioridades e avaliando o trabalho desenvolvido. Para uma das partícipes da pesquisa,

A escola tem o papel social de despertar no aluno o conhecimento, aprendizado, para que ele possa alçar novos voos. A escola faz esse papel, o professor é formador de opinião e os bons exemplos na escola. As boas atividades vão despertar isso em todos os alunos. (Cabeleleira – Relato Oral, 2016)

Cabe destacar que o Plano Municipal de Educação já preconizava a ideia de conceber a educação como um campo estratégico de desenvolvimento humano e social, e que para isso era necessário a luta e participação efetiva de todos os sujeitos envolvidos em defesa de uma educação pública, democrática e de qualidade. Esses aspectos também estão presentes no PPP, que deve ser considerado como fator de mudança de um novo conceito de educação, um instrumento organizacional da unidade escolar, uma referência estrutural para escola nos seus diversos setores: pedagógico, administrativo e financeiro.

Em relação ao PPP contribuir com a função social da escola, evidenciei que como há inexistência do Projeto Político Pedagógico atualizado nas Unidades Escolares, as ações administrativas, financeiras e pedagógicas acontecem sem ter os fundamentos e princípios contidos no PPP. O que pude observar é que as escolas fazem algumas reuniões de Conselho Escolar para tomada de algumas decisões, bem como reunião com professores com objetivo de elaborar projetos temáticos para o processo ensino-aprendizagem e os educandos ficam de fora desse planejamento. Corroborando com o exposto, uma das Pedagogas afirma:

Penso que deveria colaborar, agora não sei se, de fato colabora. Como ele virou documento de gaveta. Na perspectiva do ideal, ele é fundamental, pois organiza a escola, dá uma direção, nosso horizonte. Que projeto de escola é essa que queremos para essas pessoas jovens, adultas e idosas? Arcabouço pedagógico pensado e perseguido por todos que estão na escola, não só pelos docentes,

gestores, mas, pelos próprios educandos. (Costureira – Relato Oral, 2016)

Os relatos corroboram com a perspectiva de que a função social da escola assume um caráter complexo, exigindo das Unidades Escolares reverem suas concepções e metodologias para atender as novas demandas da sociedade. Ensinar para cidadãos de forma ética, preparando indivíduos que lidem de maneira crítica, inserindo-o no convívio social e no mercado de trabalho, cujas exigências tendem a serem maiores a cada dia.

[...] Acho que precisamos, no nosso caso, reestruturar o nosso PPP que é uma luta de anos; ele acaba sendo um documento engavetado mesmo, a gente sabe que existe, que é necessário, mas que acaba que não dando vida a ele. É social porque lidamos com os alunos que são cidadãos que fazem parte de uma comunidade. Então, assim, ele precisa pensar nisso, eles estão aqui dentro da escola, mas lá fora eles vão refletir o quê? O que nós temos trabalhado aqui na escola, isso que dizemos que é nossa identidade. A gente tem contribuído para que? Para quando eles saem dos portões das escolas, o que serão no futuro, mas que precisamos ser verdadeiros com o que está posto e, tornar isso mais prático falta um pouquinho. (Passadeira – Relato Oral, 2016)

Vemos, aqui, que é imprescindível que o PPP busque estabelecer relações das questões pedagógicas com a função social que a escola deve desempenhar na sociedade. Entretanto, essa prática pedagógica para ser entendida precisa atender as necessidades da comunidade e só assim o PPP retratará a escola em sua essência, onde todos os elementos que a compõem imprimem sua identidade, sua cultura, seus objetivos. Essa responsabilidade por todos compartilhada dará sustentação à proposta pedagógica do PPP.

No entendimento até aqui traçado, a elaboração do PPP perpassa pela autonomia da escola na capacidade de delinear sua identidade resgatando o lugar de debate, de espaço público, de diálogo, de formação de sujeitos críticos, de reorganização administrativa e pedagógica, em busca de qualidade em todo o processo vivido, cumprindo, assim, com seu papel social. De acordo com Veiga (2009), são cinco os princípios norteadores do Projeto Político Pedagógico.

FIGURA 2 – Princípios do Projeto Político Pedagógico, segundo Veiga (2009)



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Esses princípios devem ser dialogados com todos na Unidade Escolar e assumido pela Gestão, considerando as especificidades da Educação de Jovens e Adultos na elaboração do Projeto Político Pedagógico. Dessa maneira, Veiga (2009) explicita sobre esses princípios, a saber.

- *Igualdade de condições* para acesso e permanência na escola, onde igualdade de oportunidades requer ampliação do atendimento com simultânea manutenção de qualidade, não só quantidade de ofertas. O acesso deve ser democrático, independente dos diferentes contextos existentes no cotidiano escolar e das especificidades de cada indivíduo.

- *Qualidade*, sem que seja um privilégio de minorias econômicas e sociais, e sim o desafio de propiciar na elaboração do seu PPP da escola, qualidade para todos. A qualidade que se quer implica tanto na técnica ou formal como na política. A técnica (métodos, técnica e instrumentos) e a política (fins, valores e conteúdos). Portanto, implica o desenvolvimento de consciência crítica voltada para o tipo de escola que queremos bem como, o tipo de sociedade e cidadão se pretende formar.

- *Gestão democrática da escola*, abalizada pela Constituição vigente, abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira, que implica o repensar da estrutura de poder da escola, a socialização do poder, a participação coletiva, a reciprocidade, a solidariedade e a autonomia da escola. Exige o entendimento dos

problemas postos pela prática pedagógica, busca romper com a segregação entre concepção e execução, entre pensar e o fazer, entre teoria e prática. Sendo assim, nos deparamos com outra etapa essencial e difícil, porém necessária de se concretizar, pois implica na participação crítica dos representantes dos diferentes segmentos da escola, na construção do PPP.

- *Liberdade*, um princípio consagrado na Constituição, diretamente associada à ideia de autonomia e, também, faz parte da própria natureza do ato pedagógico. Na escola, vemos na relação entre Gestão, Professores, Funcionários e Educandos que assumem compromisso e responsabilidade na elaboração do PPP, na criação de regras e orientações internas, para aprender, ensinar, pesquisar; divulgar a arte, o saber e construir conhecimentos fundamentados em uma intencionalidade decidida coletivamente.

- *Valorização do magistério*, a condição de ensino ofertado pela escola e seu sucesso no dever de formar cidadãos, tem relação direta com a formação inicial e continuada. É preciso garantir elementos indispensáveis à profissionalização do magistério, ou seja, a formação inicial e continuada dos professores, condições de trabalho, remuneração adequada, valorização da experiência e dos conhecimentos que apresentam e/ou adquirem no cotidiano escolar, estendendo as discussões numa visão global da escola e de suas relações na sociedade. A escola precisa ser motivadora para não deixar que os problemas estruturais interfiram na construção e efetivação de seu PPP.

Diante desse contexto, na pesquisa evidenciei que alguns princípios existem nas escolas, mas estes não são diretamente extraídos e/ou discutidos nos Projetos Políticos Pedagógicos. Existem, em certa parte, nos planejamentos, conforme relatos:

Existe esse planejamento, não mais atrelado ao PPP; hoje ele é obsoleto. É como se nós soubéssemos tudo que é importante dentro da escola, desde a valorização dos professores até o processo avaliativo junto aos alunos. Está posto, não de forma sistematizada; até porque, nosso PPP foi elaborado há 11 anos e, de lá pra cá, não fizemos ajustes e não foi possível fazer uma reelaboração com todos da comunidade escolar. Considero de suma importância todos juntos – gestão, professores, alunos e funcionários na elaboração deste. (Passadeira – Relato Oral, 2016)

O planejamento é visto como um processo contínuo de interação organizacional com o ambiente permitindo estabelecer objetivos e aumentar o desempenho da escola, considerando que se torna uma ferramenta de orientação e aproveitamento de recursos utilizados pela organização do desempenho do aluno da gestão e da valorização do professor. (Lavadeira – Relato Oral, 2016)

Vale ressaltar que o PPP é singular, pois as Escolas têm identidades próprias, com histórias diversas, inserida em determinado contexto e comunidade, onde cada uma é única. E como já dito, anteriormente, o PPP é um documento vivo e em contínuo processo de construção, trazendo consigo a proposição de construir e explicitar seus rumos, coletivamente, e redirecionar o planejamento para diminuir as práticas rotineiras que não deram certo, proporcionando avanços na escola.

O PPP vai garantir que este papel seja prático, ele é um documento que norteia, mas acima de tudo um documento que desperta a participação de todos. Então quando se diz que uma escola tem um PPP é meio caminho andado, uma escola que pratica o PPP ela está no caminho de conseguir os seus bons resultados, pode até não conseguir, mas é no caminho do acertar que muita gente erra e se você não fizer uma análise do que é certo ou errado, você nunca vai conseguir avaliar de que forma esta atendendo. (Cabeleleira – Relato Oral, 2016)

Nesse sentido, enfatizo que a organização escolar precisa ser reestruturada, contando com a participação e mobilização de todos, posto que, a organização escolar enquanto estabelecimento centralizado precisa construir uma unidade considerando o currículo, as metodologias, a ação dos atores envolvidos, a organização e administração do espaço escolar. Portanto, exige postura de mudança na concepção que contribua para o trabalho coletivo, tendo em vista o lugar específico da EJA como modalidade da educação básica. Está, entre os desafios dos educadores que atuam nesta modalidade, a capacidade de propor conexões, extrapolações e abordagens que permitam a valorização de conhecimentos sistematizados pelos estudantes em seu percurso formativo anterior à EJA, como também criar condições para a realização de estudos subsequentes.

Desenvolvimento do PPP na EJA – Gestão Pedagógica

Do ponto de vista legal, a elaboração do PPP encontra respaldo na LDB nº 9394/96 ao instituir no Artigo 12 como obrigatória a todas as unidades escolares a incumbência de elaborar e executar a sua proposta pedagógica e por considerar o PPP como um instrumento que possibilita a autonomia da escola para concretização das finalidades educativas, bem como a possibilidades de superação dos problemas oriundos da prática educativa via reflexão coletiva.

Para Veiga (2009, p. 14), o PPP está relacionado com a organização do trabalho pedagógico em pelo menos dois momentos decisivos, a saber: “como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade”. Dessa forma, o PPP preocupa-se em propor uma forma de organizar o trabalho pedagógico, visando uma superação dos conflitos, buscando rechaçar as relações competitivas, corporativas e autoritárias. Na tentativa de acabar com a rotina do mundo interno da instituição. Porém, o que percebi foi que há muito que a ser mudado; refiro-me à mudança na Escola enquanto organização. Assim, é na elaboração coletiva do PPP que se espera concretizar esta intenção. Vejamos os relatos das depoentes,

A elaboração do PPP de nossa escola foi mais ativa há uns onze ou doze anos atrás, com a participação coletiva de professores, alunos e comunidade. A cada ano ele é apresentado em reuniões aos professores, e colocamos como uma das ações a cada início de ano a revisão e reelaboração do PPP, porém não conseguimos até hoje. (Passadeira – Relato Oral, 2016)

O PPP que temos na nossa Escola ainda é da época do PEB. Aí começou a revisão e não conseguimos concluir; agora estamos tentando fazer essa reelaboração, pois tem muitas coisas novas - leis e documentos - que precisam ser discutidos para que se tenha uma educação de qualidade, a própria rede com diversas mudanças. (Porteira – Relato Oral, 2016)

Dessa maneira, elaborar o PPP da escola de forma colegiada e coletiva consiste no desafio da mudança completa da escola, tanto na dimensão pedagógica,

administrativa, quanto na dimensão política. Essa construção do ponto de vista da gestão democrática está fundamentada nos próprios princípios que orientam a escola gratuita, pública e democrática. Entretanto, é necessário entender que o PPP da Escola oferecerá caminhos indispensáveis à montagem do trabalho pedagógico, que engloba o trabalho do docente na ação interna da sala de aula. Para a organização desse projeto, é de suma importância a ação de todos os que fazem parte do funcionamento da escola, inclusive do Conselho Escolar.

Para Vasconcellos (2006), o Projeto Político Pedagógico é uma sistematização não definitiva de um processo de planejamento participativo, que deve ser aperfeiçoado continuamente e que define explicitamente a ação educativa que se pretende realizar. Dessa forma, constatei que a elaboração do Projeto Político Pedagógico necessita ser uma construção dos sujeitos da escola. Nas palavras de uma partícipe,

O PPP é um Documento vida (sic) da Unidade Escolar. Por meio dele são descritos e estabelecidos objetivos, valores, metas; se descreve e caracteriza a Unidade Escolar, seu entorno e se descreve todas as orientações teórico-metodológicas que dão vida ao que fazer do cotidiano das escolas, apontando caminhos para a formação continuada de todos os envolvidos na unidade, esclarecendo quem são os sujeitos desse local, no que acreditam, quais concepções de homem, de sociedade, de educação, de avaliação e como desejam caminhar para alcançar os fins almejados. Portanto, não se trata apenas, de um Documento com orientações teóricas. Nele, deve constar toda a organização e indicações relativas ao funcionamento geral da Unidade Escolar nos seus diversos segmentos. (Merendeira – Relato Oral, 2016)

Nesse contexto, percebi que a Gestão Pedagógica se constitui nas ações vivenciadas na Escola, desde a organização administrativa até a da sala de aula, no sentido de fortalecer o processo de ensino-aprendizagem com objetivo de formar sujeitos críticos. Dessa maneira, evidenciei que nas escolas pesquisadas diversas problemáticas surgem no dia a dia e estas por vezes dificultam a qualidade da educação ofertada na modalidade educativa da EJA. Dentre elas, temos: a prática docente de cada Instituição e a percepção de rede como um todo; a formação dos educadores que atuam na EJA; o currículo que deveria ser diferenciado devido ao

público; o perfil dos sujeitos da EJA; o cuidar para um adulto/idoso; o processo de avaliação; a falta de material didático adequado; de mobiliário inapropriado aos educandos da EJA; da falta de formação profissional para os educadores; de pais despreparados e da violência existente nas comunidades que interferem as aulas, dentre outras. Para uma partícipe da pesquisa,

As dificuldades têm aumentado em virtude do contexto. Hoje, a EJA não tem o mesmo prestígio que ela tinha em quatro anos atrás e inclusive no cenário nacional, existia uma política de EJA nacional e que reverberava na política local, ela fica enfraquecida, quando a política nacional não está efervescente. Então, eu acho que primeiro por tudo isso e, segundo, pelos próprios rumos políticos que a cidade tomou. Eu considero que tem algumas facilidades - os professores nossos [...] hoje, têm um repertório pedagógico voltado para a educação de jovens adultos, no meu ponto de vista, muito mais consistente do que tinham naquela época. As fragilidades nossas, pedagógicas, eu acredito que eram maiores do que na implantação da EJA. Hoje eu vejo um professorado forte, decidido, defendendo a EJA e não mais atacando, e sim, defendendo e lutando por ela, e correndo atrás do público. Então, se for botar na balança as dificuldades políticas e botar do outro lado esse repertório pedagógico fortalecido pelos professores, a gente vai ficar com as coisas equilibradas. O professor hoje tem muito mais munição pra luta e muito mais disposição do que tinha antes, porque antes a gente tava (sic) trazendo isso como uma necessidade, e a gestão priorizava mais essa modalidade; e hoje a gente tem um cenário inverso. Então, eu acho que estamos mais fortes, porque, de fato, a luta e as mudanças se fazem na escola e não na Secretaria. Acredito que esse momento político, ele muda muito rápido, mas o processo histórico da escola exige esse profissional, um profissional que toma pra si as demandas dos sujeitos excluídos do processo de escolarização. (Costureira – Relato Oral, 2016)

Em relação ao perfil dos educandos, nas escolas investigadas foi possível observar que há um número expressivo de jovens nas classes de EJA - temos jovens desde 15 anos ao idoso com cerca de 80 anos - em sua maioria, cidadãos que não frequentaram a escola ou que tiveram, por ela, passagens entrecortadas ou interrompidas por diversas razões como a falta de vagas nas escolas públicas, a

inserção no mundo do trabalho, inadequações dos sistemas, métodos e práticas escolares e/ou condições sócioeconômicas desfavoráveis - o que faz com que o trabalho pedagógico seja bem diversificado. Um aspecto apontado pelos sujeitos da pesquisa é o “cuidar” para um adulto/idoso, que envolve as diversas atividades do cotidiano, que esse cuidar deve estar associado ao educar. Significa, portanto, atitudes e procedimentos que têm como objetivo atender às necessidades dos jovens, adultos e idosos, na sua dimensão integral, ouvindo, observando, conversando, respeitando e considerando as especificidades das diferentes faixas etárias e suas individualidades.

As pessoas jovens, adultas e idosas, ao retornarem às escolas – que é o espaço de educação formal, carregam consigo marcas profundas de vivências, de suas dificuldades, mas também de esperanças, perspectivas e possibilidades, algo que não deveria ficar fora do processo de construção do Projeto Político Pedagógico, nem das formações e o cuidar para com essas pessoas que é bem diferenciado. (Faxineira – Relato Oral, 2016)

Diante desse relato, constatei que, em relação à prática docente, esta deveria ser uma prática com currículo e planejamento que reconheça a diversidade dos seus sujeitos, da multiplicidade de suas práticas e das suas variadas formas de inserção no mundo social, como ainda de suas trajetórias, necessidades, tempos de aprendizagem e projetos. Para outra depoente,

O trabalho desenvolvido à noite é diferente do diurno porque sua clientela é bastante diferenciada. O trabalho é organizado de acordo a necessidades dos alunos e não de sua série, por meio de avaliações diagnósticas. (Lavadeira – Relato Oral, 2016)

Nas Unidades Escolares investigadas, ainda temos educadores com dificuldade de sistematizar, planejar a prática educativa, tanto do ponto de vista coletivo - o PPP, quanto do ponto de vista individual, os planos de aulas ou projetos didáticos. Planejar o processo educativo constitui-se na atualidade uma necessidade para se consolidar a mudança que a educação almeja para atender as demandas concernentes a sociedade atual. Segundo relatos,

Nas especificidades dessas pessoas, que são trabalhadores, que os tempos humanos são diferenciados dos tempos humanos das crianças, então para eles um ano representa um espaço muito

grande de espera de conclusão dos anos iniciais e finais e terminam por desistir, pois a vida adulta é muito corrida, apressada, as demandas de trabalho e pessoais são muito emergentes. Quando você diz que a organização curricular para os jovens dos adultos e idosos vai ser igual a de crianças, de certa forma está, enquadrando esses sujeitos numa estrutura muito engessada. Os tempos humanos deveriam ser pensados na especificidade do público da Educação de Jovens e Adultos. (Costureira – Relato Oral, 2016)

O que precisa estar mais focado no PPP é a questão do Currículo, que é a grande questão do PPP. (Faxineira – Relato Oral, 2016)

Outra questão evidenciada nas escolas pesquisadas está relacionada à formação específica do educador. As transformações que vivemos, atualmente, nas escolas e no mundo contemporâneo, fazem com que o educador repense seu papel para a diversidade que lhe é posta diariamente. Além da graduação, para quem atua na EJA, são necessários estudos sobre os fundamentos e especificidades dessa modalidade, pois o trabalho pedagógico requer um conhecimento específico, que em sua grande maioria, os professores que atuam na EJA têm carência na formação específica de alfabetização. Nos espaços escolares e na rede não tem ocorrido formação continuada para os educadores que trabalham nela.

Entende que para ser professor da EJA tem que ter algo mais. Você pode ser um excelente professor, ter ótimo planejamento, mas se você não consegue realmente conquistar o aluno. (Passadeira – Relato Oral, 2016)

Além de propiciar momentos de estudos e formação, para Gadotti (1998), um Projeto Político Pedagógico constrói-se de forma interdisciplinar. Pressupõe uma ação intencionada com um sentido definido, explícito, sobre o que se quer inovar. O projeto pedagógico da escola é, assim, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola. Vejamos,

Importante que mesmo que as unidades escolares tenham PPP a gente percebe que em algumas situações ele não é tratado com a importância de um documento como deveria. Ele não pode ser algo escrito e guardado, ele tem que ser apresentado a quem chega, feito uma releitura pra quem já está e para garantir que seja feito cada

período uma inovação, uma alteração, garantindo sugestões e que a prática seja constante; ela não pode ser a garantia de ter um documento e que ele não é utilizado. (Cabeleleira – Relato Oral, 2016)

Na rede existe uma fragilidade em relação à questão curricular, falta uma percepção do todo, faz o cotidiano. (...) temos o PPP, levei para discussão, elas participaram da construção, umas mais outras menos, mas não se identificam com essa construção, não conseguem perceber no que fazer nosso do cotidiano, a gente fica nessa confusão. (Merendeira – Relato Oral, 2016)

Para além de todo o exposto nos capítulos anteriores e nas dimensões suscitadas no processo da pesquisa, concordo com Gatti (1997, p.90), para quem “não é possível fazer educação e ensino de qualidade sem profissionais devidamente preparados para esse trabalho”. Assim, considero que o fazer do Projeto Político Pedagógico deve ser pensado e discutido por todos coletivamente da comunidade escolar, objetivando a solução dos diversos problemas que vivenciam em suas comunidades e que estes momentos sejam processos sistemáticos de discussão e formação articulados às suas necessidades.

REPERCUSSÕES PEDAGÓGICAS

Gosto de ser homem, de ser gente, porque não está dado como certo, inequívoco, irrevogável que sou ou serei decente, que testemunharei sempre gestos puros, que sou e que serei justo, que respeitarei os outros, que não mentirei escondendo o seu valor porque a inveja de sua presença no mundo me incomoda e em enraivece.

Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que a minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que o meu “destino” não é um dado, mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir.

Gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidade e não de determinismo. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuso sua inexorabilidade.

(FREIRE, 2002, p. 22). (grifos meus)

Encontro nesse trecho citado por Freire (2002), em seu livro *Pedagogia da Autonomia*, uma conexão quanto à proposição de um novo repensar do Projeto Político Pedagógico para as Escolas, contemplando a Educação de Jovens e Adultos, pois considero que nessa modalidade a luta dos sujeitos pelo direito à educação sempre foi constante e pelo fato de reconhecer, ainda, que o PPP requer um processo permanente de reflexão e discussão.

Na contemporaneidade, os atores sociais que constituem a Escola precisam pensá-la com um olhar no futuro, participando para construir uma rede de relações na qual os diálogos e conflitos darão um novo significado a essa escola. Por isso, a elaboração do PPP, para ser expressão viva de um projeto coletivo, requer a participação de todos que compõem a comunidade escolar. Todavia, é necessário envolvimento e articulação para construir espaços participativos com objetivo de produzir, coletivamente, um Projeto que diga não apenas o que a Escola é hoje, mas o que se quer para o futuro; que aponte, também, para o que pretende ser e, dessa forma, exige organização e sistematização.

No processo do campo dessa pesquisa, elaborei o planejamento de Oficinas Formativas⁵, desenvolvido com 03 Coordenadoras Pedagógicas que atuam na EJA nas Escolas da Gerência Regional do Cabula, apresentado a seguir.

⁵ O planejamento apresentado, aqui, é uma síntese do que foi realizado nas Oficinas Formativas no período da minha ida a campo. O Planejamento das Oficinas Formativas, na íntegra, encontra-se nos Anexos.

Oficinas Formativas

No âmbito educacional, a articulação entre teoria e prática é sempre um desafio. Assim, um dos caminhos para superar a lacuna que há entre o pensar e o fazer, é criar estratégias de integração entre os pressupostos teóricos e práticos, caracterizando assim o objetivo das Oficinas Formativas.

O objetivo principal destas foi *criar um espaço dialógico de socialização de saberes e construção de conceitos e sentidos sobre Projeto Político Pedagógico e EJA, para contribuir no processo de ação-reflexão-ação e posterior construção do PPP em suas unidades escolares.*

Segundo Freire (2002), o diálogo promove a criatividade e o pensamento crítico. Para além desses, as Oficinas Formativas potencializam a participação no processo de transformações nas práticas discursivas, numa fusão de produção de informações. No bojo do planejamento dessas Oficinas, temos a apresentação dos conceitos a serem trabalhados nos momentos de discussão e reflexão. Assim, apresentamos a seguir informações sobre essa atividade.

Ementa Geral: Discute o PPP da EJA da Rede Municipal de Ensino de Salvador. Aborda bases legais e conceituais do PPP. Destaca princípios que fundamentam o PPP. Identifica partes constitutivas do PPP. Enfatiza o papel do PPP nas escolas, destacando o conceito de Gestão democrática. Levanta e sistematiza proposições para a re/elaboração do PPP nas Unidades Escolares que contemplem a EJA na Rede Municipal de Ensino de Salvador.

Objetivos

- Oportunizar um espaço para vivência, reflexão e construção de conhecimento, articulando teoria e prática no levantamento de pressupostos e estratégias que auxiliem as Unidades Escolares da Regional do Cabula que integram a Rede de Ensino de Salvador na elaboração do PPP que contemplem a EJA considerando suas especificidades.
- Debater sobre Projeto Político Pedagógico – conceitos e sentidos, bem como características da EJA para oportunizar o processo de ação-reflexão-ação e posterior construção do PPP nas unidades escolares.

- Identificar o papel do PPP da EJA da rede Municipal de Ensino de Salvador e sua relação com o PPP da Escola.
- Conhecer a percepção dos profissionais quanto ao PPP da EJA da Rede Municipal de Ensino de Salvador.
- Descrever como se deu a participação da comunidade escolar no processo de elaboração do PPP da EJA.
- Sistematizar as proposições para a re/elaboração do PPP nas Unidades Escolares que contemplem a EJA na Rede Municipal de Ensino de Salvador.

Oficina 1 – O PPP da EJA da Rede Municipal de Ensino de Salvador

Apresenta os objetivos e metodologia das oficinas. Levanta conhecimentos prévios dos participantes sobre o PPP. Discute fragmentos do PPP da EJA da Rede Municipal de Ensino de Salvador. Metodologia: exposição dialogada; leitura e análise de fragmentos do PPP da EJA para discussão no grupo; registro das observações e avaliação da Oficina.

Tudo que é novo, geralmente, gera certa insegurança porque se trata de novos desafios que precisam ser enfrentados. Nessa primeira, Oficina foram propostas reflexões sobre o PPP da EJA e a relação desse documento com a prática pedagógica nas Escolas. Os partícipes da pesquisa relataram algumas dificuldades encontradas no cotidiano das Escolas, como: falta formação específica para a modalidade, ausência de material didático e planejamentos; sendo possível estabelecer uma relação com a parte teórica do Projeto Político Pedagógico.

Oficina 2 – Bases Legais e Conceituais do PPP

Discute as legislações – LDB e Resoluções - que subsidiam o PPP da EJA da Rede Municipal de Ensino de Salvador. Promove relatos sobre implicações e intervenções sobre o contexto do PPP de cada unidade escolar. Levanta proposições para a re/elaboração do PPP nas Unidades Escolares que contemplem a modalidade educativa da EJA na Rede Municipal de Ensino de Salvador. Metodologia: exposição dialogada; leitura e análise de fragmentos da LDB e da Resolução 020/2010; exposição de trechos de vídeo (Produzido pela TV Paulo Freire com entrevista de

Ilma Passos Veiga) e discussão no grupo; registro dos relatos e das estratégias apresentadas no grupo sobre o processo de elaboração do PPP nas Unidades Escolares e avaliação da Oficina.

Nessa Oficina, foi enfatizado o fazer do PPP nas Escolas, e a maioria das Coordenadoras relataram a ausência de discussões sobre o PPP e informaram que o PPP atual está defasado, como podemos ler no relato a seguir,

O PPP da minha escola foi feito quando entrei na rede em 2004, e percebi que este já não atendia a tantas demandas para o público diversificado da EJA. (Porteira – Relato Oral, 2016)

Outro ponto destacado foi a Resolução CME n°. 020/2010, que estabelece diretrizes básicas para elaboração ou adequação do Projeto Político Pedagógico dos estabelecimentos de Educação Infantil, Ensino Fundamental e SEJA do Sistema Municipal de Ensino de Salvador. Além desse Documento, não ser conhecido por todas, não apresenta as referências legais para a elaboração do PPP no que tange à modalidade educativa da EJA, citando apenas na epígrafe. Uma das estratégias destacadas é propor à SMED a publicação de uma nova resolução para elaboração do PPP nas Escolas que contemplem a EJA, considerando suas especificidades.

Oficina 3 – Princípios e Partes Constitutivas do PPP

Discute os princípios e as partes constitutivas do PPP, destacando como este colabora com a função social da escola. Destaca aspectos do contexto escolar a ser valorizado no PPP da Escola. Levanta proposições para a re/elaboração do PPP nas Unidades Escolares que contemplem a modalidade educativa da EJA na Rede Municipal de Ensino de Salvador. Metodologia: Organização de Painel sobre os princípios e as partes que compõem o PPP; exposição de trechos de vídeo (Produzido pela TV Paulo Freire com entrevista de Ilma Passos Veiga) e discussão no grupo; registro dos relatos e das proposições apresentadas no grupo sobre o processo de elaboração do PPP nas Unidades Escolares e avaliação da Oficina.

Nesta Oficina foi evidenciada a importância e os princípios que fundamentam o PPP e suas finalidades na Escola, ou seja, seu papel social. As discussões ocorridas caracterizam resultados positivos e repercussões significativas. Dentre elas, pode-se

destacar a redescoberta de possibilidades pelas partícipes na construção do Painel sobre os princípios que fundamentam o Projeto Político Pedagógico.

Oficina 4 – Finalidades e Papel do PPP na Escola

Discute finalidade, estrutura e papel do PPP da EJA na escola. Problematisa a Gestão Democrática e sua importância na condução das atividades pedagógicas na escola. Sistematiza proposições para a re/elaboração do PPP nas Unidades Escolares que contemplem a modalidade educativa da EJA na Rede Municipal de Ensino de Salvador. (finalização). Avalia as Oficinas. Metodologia: exposição dialogada sobre a finalidade, estrutura e papel do PPP da EJA nas unidades escolares; discussão acerca da definição de gestão democrática e a importância no processo de elaboração do PPP e das atividades desenvolvidas nas escolas; sistematização das considerações, estratégias e proposições apresentadas no grupo; avaliação das Oficinas e encerramento.

No decorrer das Oficinas Formativas, foi evidenciado que houve um aumento gradativo de participação às atividades planejadas no momento em que conseguiram relacionar o conteúdo sobre EJA e PPP com a realidade vivida nas escolas. Assim, foi possível repensar a elaboração do PPP nas Unidades Escolares e compreender que essa construção requer disponibilidade e desejo de mudança, atualização com as atuais legislações e teorias educacionais; implica em rever a sala de aula, as características dos educandos, a influência da sociedade que vai além dos muros da escola, da gestão democrática. Para uma depoente,

Muitos estão com o pensamento no fazer e não no macro, e assim ficam sempre para depois as discussões de reestruturação do PPP e que, por muitas vezes, a Gestão não dá a devida importância, o tempo necessário para essa ação. As Oficinas foram motivadoras para a retomada da produção do PPP e, assim, estamos gestão e coordenação elaborando estratégias para motivar o grupo a participar e estudar sobre documentos considerando a EJA na Rede Municipal de ensino na atualidade - Leis, as mudanças na modalidade, o plano de carreira. (Merendeira – Relato Oral, 2016)

Torna-se fundamental, então, destacar a importância do PPP como um Documento referenciado nas e pelas práticas e ações realizadas na instituição escolar, tendo em

vista que possui uma intencionalidade, devendo tornar-se identidade das instituições de ensino. Também ficou evidenciada a importância desses momentos de formação específica, pois propiciam socialização e troca de experiências; estudos para aprofundar conteúdos; estreitamento das relações entre as diversidades e especificidades da modalidade educativa, através da interação entre os Coordenadores Pedagógicos.

Para além de desenvolver as Oficinas Formativas com as partícipes da pesquisa, e de elencar proposições para a elaboração do Projeto Político Pedagógico nas Escolas que ofertam a modalidade educativa da Educação de Jovens e Adultos, foi registrado, de forma uníssona, que essas Oficinas devem ser estendidas a todos os Coordenadores Pedagógicos da EJA nas Escolas da Regional do Cabula.

Tendo em vista as discussões e as dimensões sistematizadas nessa pesquisa, apresento, a seguir, algumas proposições que emergiram das Oficinas realizadas com as gestoras da rede para re/pensar a elaboração do Projeto Político Pedagógico nas Escolas Municipais da Regional do Cabula que ofertam a Educação de Jovens e Adultos.

Proposições para a elaboração do PPP nas Unidades Escolares

- Promover encontros com a SMED, Gerências Regionais e Escolas para a reflexão sobre o trabalho pedagógico e gestão democrática nas Unidades Escolares que favoreçam a formação dos educandos da EJA.
- Propor à SMED a publicação de uma nova resolução para elaboração do PPP nas Escolas que contemplem a EJA, considerando suas especificidades.
- Possibilitar momentos de articulação e integração entre as Instituições que ofertam a EJA e a GRE, visando a um diálogo para reestabelecer o compromisso social de cada um com a qualidade do ensino público.
- Promover Formação continuada a todos os profissionais de educação sobre os fundamentos, legislação e especificidades da modalidade educativa EJA.

- Formular um currículo para a EJA que integre os espaços e tempos de acordo com os sujeitos na busca constante do conhecimento, incluindo saberes e experiências de vida trazidas por todos.
- Realizar Oficinas Formativas com Gestores, Coordenadores Pedagógicos, Professores e comunidade escolar sobre conceitos, princípios e finalidades de PPP nas Escolas.
- Formar Grupos de Estudo na Escola sobre conceitos e sentidos do Projeto Político Pedagógico com a comunidade escolar e representantes de pais e educandos.
- Possibilitar o aprofundamento dos debates sobre a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, bem como, da articulação, integração e organização das ações pedagógicas.
- Constituir Grupo de Trabalho nas Escolas para organizar e elaborar Plano de Ação para estabelecer as etapas e prazos de elaboração do PPP, mobilizando toda a Comunidade para participar da elaboração no PPP.
- Criar fóruns de discussão EJA por blocos de escolas da Regional do Cabula, possibilitando a troca de experiências entre as equipes gestoras, coordenação e docentes.

Nutrimos, assim, expectativas para que essas proposições subsidiem o diálogo com a Secretaria Municipal de Educação - SMED, Gerência Regional de Educação – GRE, e atores sociais das Escolas - Gestores, Coordenadores Pedagógicos, Docentes e Discentes - sobre a importância e a necessidade de construção de PPP que contemple as especificidades da modalidade educativa da EJA.

Considerações Finais

A intenção em desenvolver essa pesquisa surgiu da percepção enquanto Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Salvador no acompanhamento às Escolas que ofertam a modalidade educativa da Educação de Jovens e Adultos. O objetivo foi *analisar o Projeto Político Pedagógico da EJA da Rede Municipal de Ensino de Salvador na perspectiva das escolas que integram a Regional do Cabula, identificando a participação da comunidade escolar na proposição/elaboração deste Documento.*

Para isso, busquei interrogar por todo processo da investigação: Qual o papel do PPP da EJA da rede Municipal de Ensino de Salvador? Qual a percepção dos profissionais quanto ao PPP da EJA? Como se deu a participação da comunidade escolar no processo de elaboração do PPP da EJA? Tais questões, bem como os objetivos específicos foram discutidos no decorrer dos capítulos teóricos, nos achados da pesquisa mediante a sistematização de dimensões e nas Repercussões Pedagógicas que apresenta o desenvolvimento das Oficinas Formativas e as proposições para elaboração do Projeto Político Pedagógico nas Escolas que ofertam a Educação de Jovens e Adultos. Dessa maneira, essa pesquisa problematizou a Educação de Jovens e Adultos e seu Projeto Político Pedagógico.

Foi possível entender o contexto em que as políticas públicas são engendradas e perceber os vários discursos e embates que as mesmas promovem para que se compreenda a Educação de Jovens e Adultos como um direito social, no contexto das políticas públicas no Brasil; e torna-se um desafio a ser enfrentado em defesa de uma escola pública de qualidade, que guarde em si a possibilidade da emancipação, do político, da autonomia, do coletivo e da história.

Com base nesse exposto, os desafios para a EJA, na atualidade, se constituem em reconhecer o direito do jovem, adulto e idoso de ser sujeito; mudar radicalmente a maneira como a EJA é concebida e praticada; buscar novas estratégias e metodologias, considerando os interesses e o perfil dos educandos; elaborar um currículo que contemple suas especificidades; investir na formação de educadores e pensar novas formas de EJA articuladas com o mundo do trabalho.

Assim, a partir da pesquisa realizada em três Escolas Públicas da Rede Municipal de Ensino, reafirmo a necessidade de mudança do sistema educacional para atender às necessidades da sociedade atual. A Escola precisa ser redimensionada, tanto no ponto de vista da administração, como da democratização da gestão, descentralizando as ações e oportunizando a participação de toda comunidade educativa na tomada de decisões, sendo mecanismos facilitadores do processo de construção do Projeto Político Pedagógico.

No que diz respeito à participação na construção do PPP da EJA, observei que, apesar dos partícipes da pesquisa reconhecerem a importância deste ser um Documento que norteia as ações da Escola, e que deve ser feito de maneira coletiva, o PPP em vigência não considerou a participação dos educandos e, também, não vem sendo utilizado como referência nas Escolas. O Projeto Político Pedagógico das Escolas investigadas está, em sua grande maioria, desatualizado. Nesse ponto, gostaria de retomar que o PPP constitui-se como um dispositivo que expressa às ações e opções da comunidade escolar para a transformação da realidade. Para Vasconcelos (2002, p. 26),

[...] projetar a instituição é tarefa dos seus agentes e não de especialistas e ou burocratas, devendo ser um instrumento de luta e transformação educacional, disponibilizado, reconstruído e utilizado por aqueles que desejam efetivamente a mudança. Quanto maior a participação na elaboração do Projeto Político Pedagógico, maior a possibilidade de que as coisas planejadas venham de fato acontecer.

Diante desse contexto, considero o PPP como principal dispositivo de mediação no universo escolar ao estabelecer valores, metas e objetivos na busca da gestão pedagógica e qualidade da educação na formação de sujeitos críticos e participativos na tomada de decisões dentro do contexto social, no qual estão inseridos. Portanto, acredito que essa pesquisa constitua em um dos caminhos para reflexões, discussões e novas ações para a elaboração de Projeto Político Pedagógico nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Salvador, mais especificamente, as que ofertam a Educação de Jovens e Adultos.

Assim, as proposições apresentadas, aqui, podem/devem ser consideradas na re/construção do Projeto Político Pedagógico das Escolas da Gerência Regional do Cabula que ofertam a modalidade educativa da Educação de Jovens e Adultos, envolvendo a comunidade escolar, refletindo a concepção de Educação de Jovens e Adultos; e considerando que os atores sociais da Escola devem aprofundar

discussões teóricas e práticas sobre conceitos e princípios que fundamentam o PPP como, participação coletiva, qualidade e gestão democrática. Dessa maneira, considero fundamental que a SMED possibilite a inclusão no calendário escolar de momentos de discussão e reflexão, necessários para a elaboração, avaliação e reestruturação do Projeto Político Pedagógico, garantindo, assim, a autonomia da Escola.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Educador em diálogo com nosso tempo** – textos selecionados de Miguel Arroyo. Organização Paulo Henrique de Queiroz Nogueira e Shirley Aparecida de Miranda. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei nº. 4.024**, de 2 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Revogada pela Lei nº. 9.394/96, exceto os Artigos 6º a 9º. Brasília, DF, dez. 1961.

_____. **Lei nº. 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Revogada pela Lei nº. 9.394/96. Brasília, DF, ago. 1971.

_____. **Lei nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Legislação, Brasília, DF, dez. 1996.

_____. **Lei nº. 9.424**, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Legislação, Brasília, DF, dez. 1996.

_____. **Lei nº. 10.172**, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Legislação, Brasília, DF, jan. 2001.

_____. **Lei nº. 11.741**, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Legislação, Brasília, DF, jul. 2008.

_____. **Parecer CNE/CEB nº. 11**, de 10 de maio de 2000. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Legislação, Brasília, DF, maio. 2000.

_____. **Resolução CNE/CEB nº. 1**, de 5 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Legislação, Brasília, DF, julho. 2000.

_____. **Resolução CNE/CEB nº. 3**, DE 15 de junho de 2010. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. Legislação, Brasília, DF, junho. 2010.

_____. **Lei nº. 11.494**, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Legislação, Brasília, DF, junho. 2007.

_____. **Lei nº. 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Legislação, Brasília, DF, jun. 2014.

BODGAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Editora, 1994.

CARIA, Alcir de Souza. **Projeto político-pedagógico em busca de novos sentidos** / Alcir de Souza Caria. – São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011. - (Educação cidadã; 7).

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo**. 15. ed. Petropolis: Vozes, 2008.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 168-200.

_____. **A gestão democrática na escola e o direito à educação**. RBPAE – v. 23, n. 3, p. 483-495, set./dez. 2007.

_____. **A educação básica como direito**. Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 5. ed. Edições 70, LDA, 2008.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Política e Educação Popular. **A teoria e a Prática de Paulo Freire no Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

_____. Celso de Rui. Considerações sobre a política da União para a educação de jovens e adultos analfabetos. **Revista Brasileira de Educação**. n. 4, p. 26-34, Jan/Fev/Mar/Abr. 1997.

BONETI, Lindomar W. **Políticas públicas por dentro**. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

BUSSMANN, Antônia Carvalho. A. **Projeto político pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 13. ed., 2001.

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação**. 11. ed., Vozes, 1993.

_____. **Pesquisa: princípio científico e educativo** / Pedro Demo. 12. ed. – São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca da Educação. Série 1. Escola: v. 14).

DI PIERRO, Maria Clara. **Seis anos de educação de jovens e adultos no Brasil: os compromissos e a realidade**. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

_____. Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 321-337, jul./dez. 2001.

_____. A educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul./set. 2010.

_____. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial - Out. 2005.

_____. Joia, Orlando; Ribeiro, Vera Masagão. **Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Cadernos Cedes, ano XXI, n. 55, novembro/2001.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007.

FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. - São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura). 25. ed., 2002.

_____. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Educação e mudança** / Paulo Freire; tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. – Rio de Janeiro: Paz e Terra. 29. ed., 2006.

_____. ; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

GADOTTI, Moacir. **A Escola e o Professor e a paixão de ensinar**. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

_____. **Educação de Adultos como Direito Humano** - São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. (Instituto Paulo Freire. Série Cadernos de Formação; 4), 2009.

_____. **Projeto político-pedagógico da escola: fundamentos para sua realização** In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Org.). **Autonomia da escola: princípios e práticas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Pressupostos do projeto pedagógico**. In: MEC, Anais da conferência nacional de educação para todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94.

_____. **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos** / Moacir Gadotti. 1. ed. São Paulo: Moderna: Fundação Santillana, 2014.

GANDIN, Danilo. **Escola e Transformação Social**. Petrópolis: Vozes, 1988.

GATTI, Bernadete A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Liber Livro Editora, 2012.

_____. **Formação de professores e carreira: problemas e movimentos de renovação**. Campinas: Editora Autores Associados, 1997.

HADDAD, Sérgio. **A ação de governos locais na educação de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 35 maio/ago. 2007.

_____. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil (1986-1998)**. Brasília, DF: MEC/INEP/COMPED, 2002.

_____. **Por uma nova cultura de Educação de Jovens e Adultos, um balanço de experiências do poder local**. In: HADDAD, Sergio (coord.) **Novos Caminhos em**

Educação de Jovens e Adultos – EJA. Um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo, SP: Global, 2007. p. 7-25.

_____. ; Di Pierro, Maria Clara. **Escolarização de Jovens e Adultos**. Revista Brasileira de Educação. n. 14. Mai/Jun/Jul/Ago, 2000.

_____. Perfil do Atendimento em Alfabetização de Jovens e Adultos no estado de São Paulo. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 74, n. 178, p. 495-528, set./dez. 1993.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em www.ibge.gov.br, acesso em março de 2015.

LAKATOS, Maria Eva. MARCONI, Maria de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 2004.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

NASCIMENTO, Luiz M. J.; COSTA, Telma C. (Org.). **Projeto político-pedagógico da Educação de Jovens e Adultos**: Rede Municipal de Ensino de Salvador. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2012.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola / Paulo Roberto Padilha. - São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001 (Guia da escola cidadã: v. 7).

PAIVA, Jane. Educação de Jovens e Adultos: questões atuais em cenário de mudanças. In: PAIVA, Jane; OLIVEIRA, Inês B. de. (Org.). **Educação de Jovens e Adultos**. Petrópolis, RJ: DP, et al., 2009.

_____. Pinheiro, Rosa Aparecida. **Da pesquisa em educação à pesquisa na Eja**: ações plurais, sentidos singulares / organizadoras Jane Paiva e Rosa Aparecida Pinheiro. Natal, RN: EDUFRN, 2011.

Paiva, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

RIBEIRO, Vera Masagão. **A formação de educadores e a constituição da educação de jovens e adultos como campo pedagógico**. Revista Educação e Sociedade, ano XX, n. 68, Dezembro, 1999.

ROMÃO, José Eustáquio; PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento socializado ascendente da escola**. / Salto para o Futuro: Construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico / Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED, 1998.

SALVADOR. **Educação**: dever de todos - linhas de ação. Quadriênio 2001-2004. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Documento Preliminar. Salvador: Fev. 2001.

_____. **Lei nº. 6.085**, de 29 de janeiro de 2002. Cria a Agência Municipal de Desenvolvimento Econômico do Salvador, Altera a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal do Salvador e dá outras providências. Salvador, BA, jan. 2002.

_____. **Decreto nº. 13.744**, de 22 de julho de 2002. Altera o Regimento da Secretaria Municipal da Educação e Cultura. Salvador, BA, jul. 2002.

_____. **Lei nº. 8.376**, de 20 de dezembro de 2012. Modifica a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal do Salvador e dá outras providências. Salvador, BA, dez. 2012.

_____. **Decreto nº. 23.922**, de 14 de maio de 2013. Aprova o Regimento da Secretaria Municipal da Educação - SMED. Salvador, BA, mai. 2013.

_____. **Lei nº. 8.725**, de 29 de dezembro de 2014. Modifica a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal do Salvador – PMS e dá outras providências. Salvador, BA, dez. 2014.

_____. **Decreto nº. 25.788**, de 08 de janeiro de 2015. Fixa as Estruturas Regimentais dos Órgãos e Entidades da Prefeitura Municipal do Salvador. Salvador, BA, jan. 2015.

_____. **Decreto nº. 26.298**, de 28 de julho de 2015. Aprova o Regimento da Secretaria Municipal da Educação - SMED. Salvador, BA, jul. 2015.

_____. **Escola, arte e alegria**. Documento Preliminar. Salvador: fev. 2001.

_____. **Educação de Qualidade, novos rumos para a cidade 2005/2008**: política para a educação pública municipal de Salvador. / Prefeitura Municipal de Salvador; Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Salvador, 2005.

_____. **Salvador, Cidade Educadora**: novas perspectivas para a educação municipal. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

_____. **Nenhum a Menos, um sucesso a mais**. Reflexões e sugestões sobre a Evasão Escolar da Educação de Jovens e Adultos. CENAP, 2006.

_____. **Resolução CME nº. 11**, de 21 de dezembro de 2007. Dispõe sobre a implantação da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, no Sistema Municipal de Ensino de Salvador. Salvador, dez. 2007.

_____. **Resolução CME nº. 041**, de 10 de dezembro de 2013. Dispõe sobre a Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Ensino de Salvador. Salvador, dez. 2013.

_____. **Resolução CME nº. 020**, de 11 de novembro de 2010. Estabelece diretrizes básicas para elaboração ou adequação do Projeto Político Pedagógico dos estabelecimentos de Educação Infantil, Ensino Fundamental e SEJA do Sistema Municipal de Ensino de Salvador. Salvador, nov. 2010.

_____. **Lei nº. 7.791**, de 26 de janeiro de 2010. Institui o Plano Municipal de Educação – PME no município de Salvador e dá outras providências. Legislação, Salvador, BA, jan. 2010.

_____. **Portaria nº. 03**, de 11 a 13 de janeiro de 2014. Instrução Normativa de implantação da nova proposta pedagógica para a Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Ensino de Salvador. Salvador, jan. 2014.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SOARES, Leôncio José Gomes. **A educação de jovens e adultos**: momentos históricos e desafios atuais. Revista Presença Pedagógica, v. 2, n. 11, Dimensão, set/out 1996.

SOEK, Ana Maria. **Mediação pedagógica na alfabetização de jovens e adultos** / Ana Maria Soek, Sonia Maria Chaves Haracemiv, Tânia Stoltz. – Curitiba: Positivo, 2009.

SOUZA, J. V. de. **A identidade do sujeito social, ético e político e o projeto político pedagógico da escola**. In: As Dimensões do Projeto Político pedagógico, VEIGA. I. P. A; FONSECA M. (Org.) – Campinas: Editora Papyrus, 2001. 3. ed., 2004.

UNESCO. **Conferência internacional sobre educação de adultos** (V: 1997: Hamburgo: agenda para o futuro. – Brasília: SESI / UNESCO, 1999.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico** – elementos metodológicos para elaboração e realização, 15. ed. São Paulo: Libertad, 2006.

_____. **Planejamento: Plano de Ensino Aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.

_____. **Coordenação do trabalho pedagógico: Do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação básica e educação superior: projeto político-pedagógico**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2004.

_____. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível** / Ilma Passos Alencastro Veiga (Org.). – Campinas, SP: Papyrus, 1995. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). 26. ed., 2009.

_____. **Quem sabe faz a hora de construir o projeto político-pedagógico** / Ilma Passos Alencastro Veiga (Org.). – Campinas, SP: Papyrus, 2007. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

_____. **Projeto Político Pedagógico: novas trilhas para a escola**. In: As Dimensões do Projeto Político-pedagógico, VEIGA. I. P. A; FONSECA M. (Org.). 3. ed. Campinas: Papyrus, 2004.

_____. Fonseca, Marília (Org.). **As Dimensões do Projeto Político-Pedagógico: novos desafios para a escola**. 9. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011. - (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VIEIRA, Elaine; VOLQUIND, Lea. **Oficinas de ensino: O quê? Por quê? Como?** 4. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

APÊNDICE A**CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA**

Salvador, XX de julho de 2015.

Prezado (a) Professor (a),

Estamos desenvolvendo uma pesquisa em educação junto ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias aplicadas à Educação (Gestec) intitulada *Educação e Estranhamento no Projeto Político Pedagógico da Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino de Salvador*⁶, sob a orientação da Profa. Dra. Márcea Andrade Sales. O estudo tem como campo empírico de investigação 07 escolas da GR Cabula que integram a Rede Municipal de Ensino de Salvador.

O objetivo dessa pesquisa é *analisar o PPP da EJA da Rede Municipal de Ensino de Salvador na perspectiva das escolas que integram a Regional do Cabula*, a fim de propor pressupostos e estratégias que auxiliem as Unidades Escolares da Regional do Cabula que integram a Rede de Ensino de Salvador na elaboração do PPP que contemplem a EJA considerando suas especificidades.

Não obstante esta pesquisa ser uma iniciativa coletiva, esperamos que os pressupostos e estratégias para a elaboração do PPP que contemple a EJA sejam construídos a partir das oficinas com os Coordenadores Pedagógicos que atuam nas unidades escolares citadas no campo da investigação.

Diante do exposto, solicitamos sua colaboração como participante dessa pesquisa respondendo todas as questões indicadas na entrevista presencial.

Desde já agradecemos a sua participação.

Ana Paula Macêdo Massarenti

Mestranda

Profa. Dra. Márcea Andrade Sales

Orientadora

⁶ Título assumido à época em que a escrita do texto passou pelo processo de Qualificação. O atual título é resultado das alterações típicas do processo de pesquisa com o amadurecimento das ideias para a pesquisa.

APÊNDICE B

ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA - TÉCNICO SMED

(Critério ter participado do processo de formação e elaboração do PPP)

1. Qual sua formação acadêmica?
2. Fale um pouco sobre a sua experiência profissional e cultural
3. Como se deu sua inserção na Educação de Jovens e Adultos?
4. Conceitue o PPP. Qual a finalidade do PPP?
5. O PPP colabora para a função social da escola? Como?
6. Comente as considerações do PPP como instrumento de organização e gestão escolar.
7. O PPP contribui no desenvolvimento das ações administrativas e financeiras da escola? Como e em que sentido?
8. Qual sua participação no PPP da EJA da Rede Municipal de Ensino?
9. Quem mais participou desta construção?
10. Como foi construir o PPP da EJA da Rede Municipal de Ensino?
11. Qual foi o maior foco de discussão durante a elaboração?
12. Como você avalia este trabalho? Ele poderia ter sido diferente?
13. Comente sobre os elementos que contribuem e/ou dificultam a manutenção e/ou continuidade do PPP da EJA nas Unidades Escolares.

APÊNDICE C

ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA - GESTOR UNIDADE ESCOLAR

(Critério estar Gestor na Escola campo de investigação)

1. Qual sua formação acadêmica?
2. Fale um pouco sobre a sua experiência profissional e cultural.
3. Como se deu sua inserção na Educação de Jovens e Adultos?
4. Há quanto tempo trabalha nesta instituição e nesta modalidade de ensino?
5. Conceitue o PPP. Qual a finalidade do PPP?
6. O PPP colabora para a função social da sua escola? Como?
7. Você já participou de algum processo de elaboração de PPP? Comente brevemente.
8. Descreva a relação do Processo de Planejamento com a eficiência da escola nas suas diferentes dimensões: desempenho do aluno, da gestão, da valorização dos professores?
9. Como entende o PPP da EJA da Rede Municipal de Ensino de Salvador?
10. Fale um pouco sobre o funcionamento de Educação de Jovens e Adultos na instituição. Organização do trabalho, horários, regimentos etc
11. A escola possui PPP? Foi elaborado coletivamente? Qual o lugar dado a EJA neste PPP?
12. O PPP contribui para a autonomia no desenvolvimento das ações administrativas e financeiras da escola? Como e em que sentido?
13. O PPP é consultado no decorrer do ano letivo? Quais circunstâncias?
14. Em sua opinião o PPP é necessário. Por quê?

ANEXOS

Planejamento das Oficinas Formativas

Não existem pessoas sem conhecimento. Elas não chegam vazias. Chegam cheias de coisas. Na maioria dos casos trazem juntas consigo opiniões sobre o mundo, sobre a vida.

Paulo Freire

No âmbito educacional, a articulação entre teoria e prática é sempre um desafio. Assim, um dos caminhos para superar a lacuna que há entre o pensar e o fazer é criar estratégias de integração entre os pressupostos teóricos e práticos, caracterizando assim o objetivo geral das oficinas formativas.

Como parte integrante da pesquisa de mestrado (em andamento) “Educação e estranhamento no Projeto Político Pedagógico de EJA da Rede Municipal de Ensino de Salvador”, e em consonância com os objetivos específicos propostos nessa pesquisa, serão realizadas 04 Oficinas Formativas com 02 horas cada, totalizando 08 horas com 03 Coordenadores Pedagógicos da Regional do Cabula que atuam em Escolas Municipais da Cidade do Salvador, na modalidade educativa EJA.

O objetivo principal dessas Oficinas Formativas será criar um espaço dialógico de socialização de saberes e a construção de conceitos e sentidos sobre a temática desenvolvida na pesquisa, Projeto Político Pedagógico da EJA, para contribuir no processo de ação-reflexão-ação para posterior construção do PPP em suas unidades escolares.

Segundo Freire (2002), o diálogo promove a criatividade e o pensamento crítico. Para além desses, as oficinas formativas potencializam os participantes no processo de transformações nas práticas discursivas, numa fusão de coleta e produção de informações.

Ementa Geral:

Discute o PPP da EJA da Rede Municipal de Ensino de Salvador. Aborda bases legais e conceituais do PPP. Destaca princípios que fundamentam o PPP. Identifica partes constitutivas do PPP. Enfatiza o papel do PPP nas escolas, destacando o conceito de Gestão democrática. Levanta e sistematiza proposições para a

re/elaboração do PPP nas Unidades Escolares que contemplem a EJA na Rede Municipal de Ensino de Salvador.

Objetivos

- Oportunizar um espaço para vivência, reflexão e construção de conhecimento, articulando teoria e prática no levantamento de pressupostos e estratégias que auxiliem as Unidades Escolares da Regional do Cabula que integram a Rede de Ensino de Salvador na elaboração do PPP que contemplem a EJA considerando suas especificidades.
- Debater sobre Projeto Político Pedagógico – conceitos e sentidos, bem como características da EJA para oportunizar o processo de ação-reflexão-ação e posterior construção do PPP nas unidades escolares.
- Identificar o papel do PPP da EJA da rede Municipal de Ensino de Salvador e sua relação com o PPP da Escola.
- Conhecer a percepção dos profissionais quanto ao PPP da EJA da Rede Municipal de Ensino de Salvador.
- Descrever como se deu a participação da comunidade escolar no processo de elaboração do PPP da EJA.
- Sistematizar as proposições para a re/elaboração do PPP nas Unidades Escolares que contemplem a EJA na Rede Municipal de Ensino de Salvador.

Oficina 1 – O PPP da EJA da Rede Municipal de Ensino de Salvador

Apresenta os objetivos e metodologia das oficinas. Levanta conhecimentos prévios dos participantes sobre o PPP. Discute fragmentos do PPP da EJA da Rede Municipal de Ensino de Salvador.

Metodologia: exposição dialogada; leitura e análise de fragmentos do PPP da EJA para discussão no grupo; registro das observações e avaliação da Oficina.

Desenvolvimento: Nessa primeira oficina pretendo fazer apresentação do projeto de qualificação e explorar as possibilidades para o desenvolvimento das oficinas

mediante integração com os participantes. Como no projeto já está explicitado os objetivos da pesquisa, seguirei com a exposição dialogada. Após apresentação, registrarei os conhecimentos prévios dos Coordenadores sobre PPP. Em seguida, a leitura de fragmentos do PPP da EJA e discutir sobre a articulação com o PPP da Escola. Por entender que avaliação é um processo de fundamental importância para a aprendizagem participativa e a construção do conhecimento coletivo, ao final de cada encontro iremos avaliar as atividades desenvolvidas.

Oficina 2 – Bases Legais e Conceituais do PPP

Discute as legislações – LDB e Resoluções - que subsidiam o PPP da EJA da Rede Municipal de Ensino de Salvador. Promove relatos sobre implicações e intervenções sobre o contexto do PPP de cada unidade escolar. Levanta proposições para a re/elaboração do PPP nas Unidades Escolares que contemplem a modalidade educativa da EJA na Rede Municipal de Ensino de Salvador.

Metodologia: exposição dialogada; leitura e análise de fragmentos da LDB e da Resolução 020/2010; exposição de trechos de vídeo (Produzido pela TV Paulo Freire com entrevista de Ilma Passos Veiga) e discussão no grupo; registro dos relatos e das estratégias apresentadas no grupo sobre o processo de elaboração do PPP nas Unidades Escolares e avaliação da Oficina.

Desenvolvimento: Inicia com a leitura e análise de fragmentos da LDB que regulam o PPP e da Resolução 020/2010 que trata das diretrizes para elaboração/adequação do PPP nas Unidades de Ensino da Rede Municipal de Salvador. Apresenta e discute trechos de vídeo sobre PPP (Produzido pela TV Paulo Freire com entrevista de Ilma Passos Veiga). Relatos e implicações do processo de elaboração do PPP nas unidades escolares.

Oficina 3 – Princípios e Partes Constitutivas do PPP

Discute os princípios e as partes constitutivas do PPP, destacando como este colabora com a função social da escola. Destaca aspectos do contexto escolar a ser valorizado no PPP da Escola. Levanta proposições para a re/elaboração do PPP nas

Unidades Escolares que contemplem a modalidade educativa da EJA na Rede Municipal de Ensino de Salvador. (continuação).

Metodologia: Organização de Painel sobre os princípios e as partes que compõem o PPP; exposição de trechos de vídeo (Produzido pela TV Paulo Freire com entrevista de Ilma Passos Veiga) e discussão no grupo; registro dos relatos e das proposições apresentadas no grupo sobre o processo de elaboração do PPP nas Unidades Escolares e avaliação da Oficina.

Desenvolvimento: Construção coletiva de um painel sobre os princípios e as partes constitutivas do PPP; apresentação e discussão de trechos de vídeo sobre PPP (Produzido pela TV Paulo Freire com entrevista de Ilma Passos Veiga); registros de relatos e implicações do processo de elaboração do PPP nas unidades escolares.

Oficina 4 – Finalidades e Papel do PPP na Escola

Discute finalidade, estrutura e papel do PPP da EJA na escola. Problematisa a Gestão Democrática e sua importância na condução das atividades pedagógicas na escola. Sistematiza proposições para a re/elaboração do PPP nas Unidades Escolares que contemplem a modalidade educativa da EJA na Rede Municipal de Ensino de Salvador. (finalização). Avaliação das Oficinas.

Metodologia: exposição dialogada sobre a finalidade, estrutura e papel do PPP da EJA nas unidades escolares; discussão acerca da definição de gestão democrática e a importância no processo de elaboração do PPP e das atividades desenvolvidas nas escolas; sistematização das considerações, estratégias e proposições apresentadas no grupo; avaliação das Oficinas e encerramento.

Desenvolvimento: Finalização da construção coletiva do painel, acrescentando a finalidade, estrutura e o papel do PPP da EJA nas Unidades Escolares; sistematização das discussões e proposições; ao final avaliar as oficinas e a contribuição de cada Coordenador no processo; encerramento.

Recursos

- Sala de Aula; notebook; data show; amplificador de som; papel metro; piloto; material gráfico: pastas, bloco, textos, certificado e outros.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Legislação, Brasília, DF, dez. 1996.

_____. **Parecer CNE/CEB nº. 11**, de 10 de maio de 2000. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Legislação, Brasília, DF, mai. 2000.

BODGAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Editora. 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

NASCIMENTO, Luiz M. J.; COSTA, Telma C. (Org.). **Projeto político-pedagógico da Educação de Jovens e Adultos**: Rede Municipal de Ensino de Salvador. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2012.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: **Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico** – elementos metodológicos para elaboração e realização. 15. ed. Libertad. 2006.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação básica e educação superior**: projeto político-pedagógico. 3. ed. Campinas: Papirus, 2004.

_____, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (Org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998.

VIEIRA, Elaine; VOLQUIND, Lea. **Oficinas de ensino**: O quê? Por quê? Como? 4. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.